ESTUDO PARTICIPATIVO SOBRE A POBREZA EM MOÇAMBIQUE

Relatório da primeira fase

Yussuf Adam
Humberto Coimbra

* CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO *

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

CEP/95-003

A POBREZA EM MOÇAMBIQUE

UM ESTUDO PARTICIPATIVO

Relatório da primeira fase

Yussuf Adam
Humberto Coimbra

Maputo, 01 de Maio de 1996

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
CEP/95/003 - Doc22b

Indice

1. Introdução

2. A metodologia

3. O processo de investigação
3.1. Os locais de estudo
3.2. O estudo: forças e fraquezas

4. Os resultados da investigação
4.1. O perfil de pobreza
4.1.1. A carga ideológica
4.1.2 A pobreza das regiões, das comunidades, das aldeias e das pessoas
4.1.3. Os pobres, os médios e os ricos: os conceitos da própria população
4.1.3.1. Riqueza e género
4.1.4. A quantificação
4.1.5. Pobreza: causas, consequências e alívio
4.2. Desenvolvimento: diferenças e prioridades
4.2.1. As prioridades dos órgãos administrativos
4.2.2. As prioridades dos mais pobres
4.2.3. Actividades geradoras de rendimento
4.2.3.1. A situação actual nos distritos: os problemas mais prementes

5. Conclusões

6. Bibliografia

Anexo 1 Recomendações e propostas
Anexo 2 Termos de referencia
Anexo 3 Comité Inter-institucional
Anexo 4. Lista dos documentos elaborados - Investigação sobre a pobreza em Moçambique
Anexo 5. Distritos estudados - economias políticas e situações estudadas
Anexo 6. Riqueza e pobreza dos 128 distritos
Anexo 7. Temas por abordar
Anexo 8. Estratégias de sobrevivência dos pobres; Prioridades de desenvolvimento vistas pelos pobres; Concepções locais de pobreza
Anexo 9. Mapa da amplitude dos indicadores
Anexo 10 Mapa dos indicadores
Anexo 11 Mapa dos locais onde se realizaram os estudos de investigação
Anexo 12 Formação dos intervenientes na investigação
Anexo 13 A pratica do levantamento rural participativo em moçambique - uma revisão bibliografica
Anexo 14 A problemática da pobreza em moçambique -uma revisão da literatura
Anexo 15 Bibliografia

"...Nós todos somos pobres... O pobre não consegue comprar roupa boa, óleo, açúcar, sabão, porque tudo é muito caro. É obrigado a vender os produtos agrícolas muito barato e comprar produtos nas lojas muito caro. Come muito mal. Para a nossa desgraça, as nossas galinhas e porcos estão a morrer...A pobreza não nos vai deixar... (Francisco Trigo, chefe de povoação, Regulado Inroga, localidade de Mugeba, distrito de Mocuba, 1995).

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Participativo sobre a Pobreza em Moçambique foi iniciado em Fevereiro de 1995. O trabalho de campo foi realizado em Julho-Agosto de 1995.

O CEP foi contratado para a realização deste estudo pelo Banco Mundial.[1] O financiamento proveio do Fundo Holandês para Estudos da Pobreza administrado pelo Banco Mundial. Fundos adicionais para o estudo da pobreza urbana foram assegurados pela ODA britânica. A Unidade de Alívio à Pobreza (UAP) do Ministério do Plano e Finanças acompanhou a realização das investigações. O Ministério para a Coordenação da Acção Social (MICAS) esteve também envolvido nos trabalhos. Os seus quadros forneceram-nos informações e disponibilizaram-se a discutir os nossos relatórios e alguns deles frequentarem o curso sobre metodologia para a investigação participativa da pobreza. Um comité inter-institucional constituído por representantes de Ministérios e Instituições de ambito nacional, da Universidade Eduardo Mondlane, doadores e representantes de ONG's estrangeiras e nacionais e congregações religiosas devera ser formado.[2]

A Avaliação Participativa da Pobreza (A.P.P.) deverá contribuir para a formulação de políticas, o reforço da capacidade analítica e das bases de dados existentes para a monitoria da pobreza. A APP será uma das várias componentes que levará à preparação de uma Avaliação da Pobreza em Moçambique. O exercício contribuirá para o programa de trabalho do Banco Mundial, fornecendo material relevante para a preparação e monitoria de projectos; contribuirá para a compreensão das estratégias de sobrevivência da população e suas mudanças no país, e, reforçará a capacidade da Universidade Eduardo Mondlane para realizar investigação participativa.

Os objectivos específicos da Avaliação Participativa da Pobreza a realizar nas comunidades urbanas e rurais pobres sao o de estudar, entre outros, os seguintes temas:

(i) As principais preocupações, problemas e prioridades na vida das pessoas no presente, a sua alteração nos últimos três anos, e as percepções sobre os principais obstáculos à concretização das suas prioridades.

(ii) As concepções locais sobre o bem estar relativo, as causas de vulnerabilidade e de stress sazonal, a natureza e efectividade dos mecanismos comunitários de resposta, estratégias de sobrevivência a nível da família e outras redes de protecção de grupos vulneráveis (governo/NGOs);

(iii) As percepções sobre o fornecimento de serviços sociais: acesso, qualidade e custo de diferentes fornecedores de serviços (públicos, tradicionais e ONG);

---

1. Ver os Termos de Referencia do estudo contidos no anexo N° 2

2. A proposta para a criação do comité inter-institucional esta contida no anexo 3.

(iv) Acesso à terra: segurança e conflito de propriedade e situações nas quais o direito de acesso está a mudar;

(v) Acesso a infraestrutura: mercados e outros serviços sociais e económicos (conhecimento, acesso, qualidade) e as barreiras que limitam o acesso aos rendimentos e a participação nos mercados, emprego, etc.

Este relatório contém um resumo dos principais resultados da investigação realizada. Foram elaborados quatro tipos de relatórios: 1) relatórios iniciais, curtos, resumos de aspectos investigados e que se supunha serem de utilidade imediata; 2) relatórios do trabalho de campo efectuado nos distritos ([3]); 3) um relatório resumo de toda a investigação e 4) relatórios específicos sobre um tema - género, produção pecuária, tsé-tsé, terras, etc.. Nos relatórios de distrito, para servir os que tem pouco tempo disponível e muito trabalho, incluem-se além do relatório principal, um sumário executivo e um relatório resumo. Este último texto está centrado em temas especificamente ligados à pobreza. Os relatórios específicos sobre cada um dos temas sao normalmente elaborados a pedido de uma instituição ou indivíduo. Estes dados tem sido úteis para outros projectos, serviços, pesquisadores e consultores. Informação mais detalhada pode ser encontrada nos outros relatórios já produzidos e que constam da lista anexa.

2. A METODOLOGIA

Este estudo foi realizado utilizando-se uma estratégia de investigação baseada na utilização simultânea de métodos múltiplos de investigação em ciências sociais popularizados actualmente pelas abordagens designadas por Levantamentos Rurais Participativos/ Participative Rural Assessments (LRP).

Os métodos participativos de estudo de processos sociais e de desenvolvimento ligados à pobreza constituem um conjunto de abordagens e técnicas de recolha de informação destinadas a permitir a percepção dos valores, visões e objectivos dos pobres. *Aqueles que são o objecto da investigação passam a ser os sujeitos da mesma.*

Uma aplicação cabal deste tipo de métodos exige uma formação adequada em ciências sociais e uma grande familiaridade com os seus métodos e um nível desenvolvido de experiência prática de trabalho no terreno. Esta metodologia cria a possibilidade de constituir grupos de investigação com pessoas de formações variadas em diversas áreas da ciência, permitindo uma abordagem pluri ou transdisciplinar, exigida para a compreensão de fenómenos complexos e multiformes como a pobreza.

A avaliação do trabalho já realizado por aqueles que nele participaram realçava a necessidade de maior experiência prática e da continuidade do exercício de forma a ganhar mais prática e proficiência e uma formação mais longa. Os que aplicaram as metodologias de LRP

---

3 Ver anexo 4 -Lista dos documentos elaborados sobre a investigação da pobreza em Moçambique

no terreno salientaram três aspectos principais: 1. O método que, na sua concepção vulgar, é caracterizado por ser rápido e, para ser bem aplicado, necessita de um certo tempo em cada um dos locais de investigação. 2. As abordagens sao tão directas que aumentam as expectativas dos entrevistados. Cria-se a ideia de que algo vai ser imediatamente feito para resolver os problemas. A discussão das prioridades e dos problemas é interpretada como um aviso de que algo virá em seguida: um projecto.3. Há uma certa relutância dos informadores se identificarem pois nao querem ser responsabilizados por definir ou sugerir algo que porventura possa ser considerado contrário as decisões do governo.

A metodologia utilizada acabou por revelar a sua utilidade: as vozes dos pobres e das comunidades foram ouvidas; os seus conceitos, as suas prioridades foram recolhidas.

3. O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Há a distinguir cinco momentos no processo de investigação. 1. Elaboração dos Termos de Referência, discussão dos objectivos e métodos, revisão da literatura já existente[4] e consulta da informação já recolhida por vários serviços e instituições. 2. Selecção e formação dos inquiridores para a realização do trabalho de campo; organização da logística e o estabelecimento dos contactos para o trabalho de campo. 3. Trabalho de campo. 4. Processamento dos dados recolhidos e a elaboração dos relatórios. 5. Divulgação e discussão dos resultados alcançados.

O levantamento dos estudos já realizados implicou o contacto com várias instituições - Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER), Unidade de Alívio á Pobreza (UAP), Ministério de Coordenação para a Acção Social (MICAS), Ministério de Agricultura e Pescas (MAP), Ministério da Saúde (MS), ONG's, organizações das Nações Unidas, doadores bilaterais. Uma recolha de estudos realizados com a aplicação da metodologia participativa foi feita.[5]

Para a realização da investigação decidiu-se recorrer a equipas de estudantes da UEM e outros (trabalhadores do MICAS) que foram formados para o efeito em metodologias de Levantamento Rural Participativo/ Diagnóstico Rural Participativo, LRP/DRP. O envolvimento de estudantes tem implicações positivas (treino de quadros para a aplicação de metodologia participativa de investigação e um conhecimento mais profundo da pobreza em Moçambique). Todavia, há também, implicações negativas: um processo de investigação e ensino não tem as mesmas dinâmicas que um processo realizado com consultores profissionais, já formados. Leva mais tempo e coloca uma maior exigência na coordenação do projecto em termos de correcção de textos e mobilização das pessoas. A via escolhida tem vantagens e é de se recomendar pois trata-se de uma oportunidade única de investigar a realidade sócio económica do país e formar quadros. Moçambique não tem pessoal formado quer na análise da pobreza quer na aplicação de métodos participativos de investigação da pobreza. O facto de se terem envolvido nesta

4. A alínea 14 contém uma revisão de alguma da literatura existente sobre a pobreza em Moçambique.
5. A alínea 13 contem uma analise de alguns dos exercícios de LRP aos quais tivemos acesso.

investigação estudantes de agronomia, veterinária, geografia, história, economia só por si é um benefício. Trata-se do seu encontro com temas que a primeira vista nada tem a ver com as suas especializações, mas que na prática, são influenciados e influenciam as actividades ou sectores onde irão trabalhar.

A colaboração prestada pelos órgãos centrais do governo, pelos governos provinciais e distritais, por ONG's doadoras governamentais, multilaterais contactadas foi importante. O apoio prestado foi multifacetado: informação, tempo para discutir, apoio logístico e encorajamento para a realização do trabalho.

A formação em metodologias de investigação foi feita na UEM por investigadores da Universidade Eduardo Mondlane com um apoio de quadros do Banco Mundial.

3.1. OS LOCAIS DE ESTUDO

Os estudos de campo foram realizados nas 10 províncias do país. Foram escolhidos inicialmente 18 distritos([6]). A selecção dos distritos para a realização do trabalho de campo foi feita com base numa ordenação do nivel de riqueza/pobreza dos 128 distritos rurais de Moçambique ([7]). Um indicador de riqueza/pobreza - o Indicador de Desenvolvimento do Distrito, IDD - foi construido com base em critérios utilizados para caracterizar áreas ou regiões pobres: fracas infra-estruturas, serviços sociais deficientes; potencial agro-ecológico baixo e de acesso difícil e minado; elevado indice de conflitos; pouca ou nenhuma intervenção de organizações humanitárias ([8]).

Um distrito pobre, com o IDD baixo, foi seleccionado por cada província para a realização do trabalho de campo. Foi também seleccionado um distrito considerado rico no sul do Save, Chibuto, outro no Centro do país, Manica, e um outro no Norte, Cuamba. Em cada distrito foram seleccionadas áreas geográficas e comunidades representativas das diferentes regiões existentes tomando em conta a sua riqueza ou pobreza, as características ecológicas, os modos de vida prevalecentes, o tipo de economia e sociedade.

Não foi realizado trabalho de campo em três dos distritos seleccionados - Chigubo, Manjacaze e Morrumbala por um lado por dificuldades de ordem logística e por outro, devido à inexperiência de algumas das equipes de investigação.

---

6 Os distritos seleccionados inicialmente foram Boane e Moamba; Chigubo, Chibuto e Manjacaze; Homoine e Inhassoro; Muanza; Macossa e Manica; Mocuba e Morrumbala; Chiúta; Muecate e Angoche; Meluco; Cuamba e Metarica.

7 O Mapa anexo 6 apresenta a riqueza/pobreza dos 128 distritos de Moçambique

8 Ver quadro (anexo 9) para mais detalhes sobre os indicadores utilizados. A analise do desenvolvimento - pobreza e riqueza dos distritos rurais- está contida num relatório anexo.

3.2. O ESTUDO: FORÇAS E FRAQUEZAS

A APP foi um exercício com forças e fraquezas.

As forças? A APP possibilitou: recolha da opinião dos mais pobres, a constatação da heterogeneidade de conceitos e prioridades da própria população e a documentação da assimetria existente entre as concepções, estratégias e políticas de desenvolvimento dos mais pobres, do governo, e, da administração e dos doadores e ONG's. A comparação entre as estratégias destes três actores e a recomendação de novas políticas e estratégias não é tarefa das equipas de investigação do APP. *O estudo já realizado permitiu captar a opinião das comunidades e, sobretudo, dos mais pobres sobre a sua situação e sobre as suas estratégias preferidas para fazer face a situação.*

A informação recolhida em todas as províncias do país mostra-nos as variações regionais da pobreza, das concepções existentes, das actividades desenvolvidas e a desenvolver prioritariamente, na óptica dos próprios pobres.

No que diz respeito a políticas e estratégias de desenvolvimento, e, em particular, dos mecanismos de alívio à pobreza verifica-se também uma diferença muito grande entre os valores, visões e objectivos das comunidades rurais, de diferentes grupos dentro delas e as da administração, do estado e do governo.

A população tende a valorizar acções, actividades e projectos que removam os nós de estrangulamento que impedem a valorização da sua produção agricola - transportes e estradas para circularem à vontade, termos de troca, preços, agentes económicos que comprem o que os produtores têm para vender e vendam o que eles necessitam. A formulação apresentada pelos entrevistados sobre as dificuldades que encaravam e a forma como gostariam de ver resolvidos os problemas era complexa e sofisticada. Mais importante do que ouvir as opiniões dos mais pobres sobre a sua situação e prioridades foi compreender a lógica subjacente às suas escolhas.

Foi também produzido, no decorrer dos trabalhos para a escolha de locais de investigação, um indicador de desenvolvimento dos distritos e um mapa que apresenta claramente os distritos pobres e ricos. É um instrumento que se tem mostrado útil para a identificação de áreas pobres e para a consideração da pobreza na localização de projectos de desenvolvimento.

As fraquezas do estudo? Três tipos de fraquezas podem ser detectadas:

A primeira tem a ver com a criação de expectativas. Resulta do método aplicado e que poderá criar falsas esperanças de resolução imediata e aumentar a pressão sobre todos aqueles que têm alguma responsabilidade na resolução dos problemas detectados.

A segunda tem a ver com a profundidade com que alguns assuntos foram tratados.[9] Esta fraqueza está intimamente ligada com a capacidade e nível de formação e experiência dos investigadores e com o tipo de supervisão que foi possível manter, sobretudo, devido a não disponibilizaçao dos meios necessários a tempo (carro).

A terceira tem a ver com a sequência do estudo. *Para que os resultados do Estudo Participativo sejam completamente atingidos é necessário dar continuidade à investigação nos mesmos locais, por forma a aumentar o grau de conhecimento da realidade e das pessoas*, verificar variações nos processos associados à pobreza e prosseguir o diálogo e discussões com as administrações distritais e de posto, com os quadros dos diversos sectores (saúde, educação, agricultura).

Será um estudo conclusivo? A existência de estudos, de descobertas ou de conhecimentos definitivos sobre um assunto é um mito. É também um mito convencer-se de que um único método, uma única metodologia é capaz de resolver todos os problemas, descobrir todas dificuldades e propor soluções. O método utilizado nesta fase do PPA foi um método híbrido, e um dos princípios defendidos pelo LRP é o da triangulação, isto é: olhar para o mesmo fenómeno, para o mesmo problema através de vários prismas. Estudos conduzidos com base noutras metodologias, inquéritos formais, dados quantitativos, recolhas de despesas e receitas produzirão informações úteis para ampliar o conhecimento do fenómeno da pobreza e dos mecanismos para a sua redução. *A Avaliação Participativa da Pobreza complementa e é complementada por outros estudos.*

Os dados recolhidos sobre diferentes sectores são importantes pois permitem mostrar que as prioridades dos camponeses diferem muitas vezes das prioridades dos técnicos ou dos serviços do estado. Por exemplo para muitos funcionários do Ministério da Agricultura a criação de bovinos deveria constituir uma prioridade nos programas nacionais de repovoamento pecuário enquanto que para os camponeses é a criação de galinhas e de cabritos. Estas preferências têm implicações para o tipo de estratégias e políticas que o estado deveria estabelecer. A informação recolhida deverá e poderá servir de base para estudos mais aprofundados.

A investigação foi realizada por estudantes de diversas faculdades da UEM. O anexo 12 dá uma ideia dos seus perfis de formação.

9. O quadro anexo nº 7 mostra por cada um dos distritos os temas que nao foram tratados. Nas linhas referentes as historias de vida verificamos que nao foram recolhidas em todos os distritos. Isto prova a necessidade de mais tempo e de realizar algumas actividades com investigadores mais experientes.

4. OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

4.1. O PERFIL DE POBREZA

4.1.1. A CARGA IDEOLÓGICA

O estabelecimento de um perfil de pobreza foi dificultado por um discurso hegemónico em todos os lugares de que *"todos eram pobres"*. Este discurso tem as suas raízes num aspecto conjuntural e outro estrutural.

O aspecto conjuntural é o facto de Moçambique ter sido flagelado pela guerra, pela fome, pela seca e outro tipo de desastres naturais e/ou fabricados pelo homem (guerras, políticas e estratégias de desenvolvimento, etc...). A conjugação destes dois aspectos leva as pessoas e comunidades a apresentarem-se como totalmente pobres para não se alienarem dos possíveis e hipotéticos benefícios de qualquer tipo de ajuda. Implantou-se a cultura do donativo, "estou a pedir" ou " a cultura do pires", como a designam os brasileiros.

O aspecto estrutural tem a ver com a cosmogonia das comunidades camponesas e dos mecanismos "niveladores" que existem no seu seio. Rico é mau, é feiticeiro, é diferente dos outros. Nalguns casos pode ser acusado de ser fabricante de leões ou de ter executado qualquer acto contra a natureza. Por exemplo os habitantes de Chiúta nunca se consideraram pobres porque produziam mais do que o suficiente para comer durante todo o ano.

4.1.2. A POBREZA DAS REGIÕES, DAS COMUNIDADES, DAS ALDEIAS E DAS PESSOAS

Os estudos efectuados mostram que os camponeses e os restantes entrevistados distinguem entre a pobreza das regiões, a pobreza de uma região geográfica, a pobreza das comunidades, a pobreza de uma pessoa e de um grupo de pessoas, quem tem algumas afinidades entre si e que condiciona a sua vida, a pobreza das aldeias ou dos aglomerados populacionais e a pobreza das pessoas ou indivíduos.

Os conceitos de pobreza de região, de aldeia, de comunidade ou de grupo de pessoas confundem-se sobremaneira.

O que é uma região pobre? Segundo os entrevistados uma região pobre "não tem estradas ou as que tem são más, leva-se muito tempo a chegar ao destino, não tem lojas, hospitais, escolas, a terra não é boa, só crescem pedras, o que se semeia morre, as coisas custam caro na loja, não há sempre, chegam quando chegam, o que vendemos vende-se barato e poucos dias depois temos que comprar o mesmo produto quatro ou cinco vezes mais caro".

Uma *comunidade pobre* é apresentada como sendo um grupo de pessoas que vivem num local onde todos são pobres, qualquer que seja o esforço que cada um faça nada resulta.A pobreza está relacionada com a possibilidade da comunidade produzir (ganhar a sua vida) e

reproduzir-se (arranjar emprego, construir casas, comprar o que necessita). As comunidades, na sua própria intrepertação, tornaram-se pobres porque a guerra, a seca, a deslocação afectou os seus membros. Comunidades pobres são consideradas aquelas que foram assoladas por um desastre ou uma desgraça. Uma das desgraças mencionadas pelas comunidades nalguns distritos foi a de serem obrigadas involuntariamente a sair do seu local de residência habitual ou da sua preferência e forçados a intalar-se num novo local. Deslocadas pela guerra as comunidades perderam a capacidade normal de se reproduzirem.

Os mesmos critérios que foram utilizados pelos mais pobres às regiões e às comunidades são aplicados às aldeias. Uma aldeia pobre não tem infra-estruturas, ninguém lá vai, fica longe, não produz comida suficiente, tem gente doente, não tem hospital, está insatisfeita. Um dos aspectos mais mencionados para se referir à pobreza das aldeias é o tipo de solos, a impossibilidade de se produzir em quaisquer condições de chuvas porque há opções para garantir a segurança alimentar na altura de escassez ou falta (zonas côncavas, as baixas, zonas com solos hidromórficos, "os machongos" ([10])) ou na altura de superabundância ou excesso (zonas altas, serras, terras arenosas). A pobreza das aldeias é conotada nas entrevistas com ausência de bem estar das pessoas e com o tipo de casas ou habitações (casas tipo precário).

A diferenciação entre indivíduos ou famílias pobres e ricas, apresentada pelos camponeses é baseada nos seguintes critérios: a) o rendimento agrícola da família, avaliado pela quantidade de celeiros enchidos em cada época, b) a saúde e capacidade física e a c) possibilidade de mobilizar mão de obra suficiente no seio da própria família. A população nas suas apreciações considera que o pobre e o rico são estados anómalos. O estado normal de bem estar é considerado o estado do médio que produz o suficiente, que sustenta a família, come todos os dias, consegue pagar as despesas da escola. O pobre, é um "coitado" e quase um "doente mental". O rico é insultado e designado com uma terminologia depreciativa, em algumas regiões por "defeca bois, defeca dinheiro" etc.

O que revelam as concepções locais sobre a pobreza?

As concepções gerais sobre a pobreza revelam o seguinte: a) a existência de mecanismos niveladores e de equididade social nas diversas comunidades, pelo menos, ao nivel ideológico; b) a persistência de assimetrias quanto a riqueza e a pobreza, c) de concepções de combate a pobreza baseadas no trabalho e esforço individual, d) ilegitimaçao de programas de alívio à pobreza baseados na caridade e distribuição gratuita de bens; e) definição dos indivíduos, circunstâncias e formas como e quando um individuo deve receber apoio como pobre e f) existência de mecanismos e processos ao nivel local de alívio à pobreza e de apoio em casos de vulnerabilidade.

As concepções de pobreza dos pobres em geral são mais complexas, sofisticadas e realistas em contraste com as que são apresentadas por alguns analistas que tem uma visão unidimensional: pobre é aquele que nao consegue produzir um rendimento monetário abaixo do que e considerado a linha da pobreza.

---

10 Termo corrente utilizado para designar zonas com solos hidromórficos em Moçambique

4.1.3. OS POBRES, OS MÉDIOS E OS RICOS: OS CONCEITOS DA PRÓPRIA POPULAÇÃO

Dos 15 distritos estudados foram apresentadas distintas categorias para estratificar e classificar a população:

Duas categorias, Pobre e rico, num único distrito, Mwanza;
Três categorias, rico, médio e pobre em 10 distritos;
Quatro categorias, rico, médio, pobre e miserável, num único distrito, Angoche.

Num mesmo distrito, Magude, em duas regiões diferentes foram apresentadas duas e três categorias diferentes.

Porque se é pobre? Os conceitos da própria população revelam uma concepção fatalista, de manutenção do "status quo", das hierarquias sociais e de assimetrias nas relações sociais entre indivíduos de sexos diferentes. "Ser pobre é um destino. Os pais empobrecem porque os filhos ou mulher os abandonam, não recebem o "lobolo" das filhas; O pobre precisa da ajuda de Deus e de trabalhar muito". A pobreza dos indivíduos está relacionado com incapacidade (fisica, mental e económica) ou com um estatuto social marginalizado (trabalha para outros camponeses, não produz o suficiente para si e para a família). Quem não consegue subsistir nas condições prevalecentes no local onde se encontra inserido é considerado pobre. Não consegue produzir o suficiente para comer porque o indivíduo que é deficiente, doente, viúvo, solteiro ou que foi afectado por qualquer "calamidade" - desastre, guerra, pragas, etc." e não pode participar no processo produtivo e garantir a sua auto-subsistência.

O médio não é rico e não é pobre. São considerados "normais" aqueles que têm capacidade de se auto-sustentarem. Nalguns casos esta categoria não tem uma designação própria. A classificação não é clara. O vocábulo utilizado é o termo utilizado para designar uma pessoa, um ser humano.

O rico tem tudo o que quer, quando quer e como quer. Tem poder e tem meios para viver (instrumentos de trabalho, meios de produção, dinheiro, pode contratar trabalhadores, manda, tem poder). A riqueza dos indivíduos está relacionada com a produção, tamanho da machamba e duração de tempo para efectuar todas as colheitas; ao tamanho da família; à quantidade de dinheiro, à quantidade de gado e de instrumentos de produção; ao poder e capacidade de se fazer ouvir; o tipo de solo da sua(s) machamba(s).

4.1.3.1. RIQUEZA E GENERO

A definição de pobreza feita pelos próprios camponeses apresenta uma assimetria na relação social entre indivíduos de sexos diferentes. O número de mulheres com quem um homem está casado define o seu estatuto como rico ou pobre. Uma casa onde existe um homem e seis mulheres, nenhuma delas sua esposa, é considerada uma casa pobre. Um homem ou uma mulher

só, por viuvez, divórcio ou por não se terem casado, são considerados pobres. O conceito de pobreza não é únicamente aplicado a um individuo mas também a uma família. Uma pessoa só é sempre pobre mesmo que tenha outros indicadores de riqueza (meios de produção, animais, terra, dinheiro, tractor, carro). Se não é casado não é rico. Um individuo cuja linhagem foi toda morta (ou interrompida) numa guerra é considerado pobre.

Esta assimetria de género manifesta-se também na diferença de concepções prevalecentes entre homens e mulheres. O conceito de pobreza/riqueza dos homens considera como indice o número de mulheres, a força física, os meios de produção, o tipo de bens, a quantidade de dinheiro. As mulheres tendem a avaliar a pobreza/riqueza considerando os bens, o dinheiro e o número de empregados.

4.1.4. A QUANTIFICAÇÃO

Para poder estudar as diferenças e sobretudo quantificar a extensão dos diferentes grupos foram utilizadas três técnicas principais: os cartões, os feijões e a classificação e contagem das casas ([11]).

Em todos os distritos onde trabalhamos verificamos um esforço quer da administração quer dos camponeses em mostrar que todos eram pobres mesmo quando sinais de riqueza eram evidentes e observáveis a olho nú - gado bovino, cabritos, charruas, produção agrícola, casa coberta com chapas de zinco. Um homem com mais de 200 cabritos na Ilha do Bazaruto insistia em considerar-se pobre porque não tinha um tractor. Os seus vizinhos consideravam-no rico.

Os exercícios de ordenação (ranking) permitiram-nos quantificar os pobres, médios e ricos; captar os critérios utilizados para definir cada uma das categorias de riqueza/pobreza e verificar que a heterogeneidade das comunidades era também percebida pelos seus membros.

O quadro seguinte apresenta o resultado dos exercícios de ordenação (ranking) de riqueza: há uma diferenciação entre os vários distritos e a percentagem de pobres varia de 10 a 100 por cento da população considerada nos exercícios.

---

11 Métodos utilizados no processo dos estudos participativos que nos permitem quantificar, identificar as diferentes opiniões sobre preferências, prioridades etc.

Extensão da riqueza e pobreza: tentativas de quantificação

Distritos	Ricos %	Medios %	Pobres %
Meluco Ncore	20	40	40
Meluco Iba	25	60	10
Chiuta	20	70	10
Metarica			100
Muanza	1	9	90
Chanculo	73	12	15

Fonte: Trabalho de campo

4.1.5. POBREZA: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ALÍVIO

Causas da pobreza? A guerra, irregularidade de chuvas, a movimentação de pessoas, o encerramento das fábricas são algumas das causas da pobreza apontadas pelos próprios pobres. Para além destas explicações foram apresentadas outras tais como as de ordem divina. O indivíduo está predestinado a ser rico ou pobre.

A pobreza alterou as relações entre os homens. Os mecanismos de entre ajuda existentes no seio da comunidade estão enfraquecidos. Para muitos entrevistados a situação era tal que "o que tinham, mal chegava para satisfazer as suas próprias necessidades e muito menos para apoiar os outros". Os conflitos entre estruturas tradicionais destruídas e as estruturas criadas no pós-independência (GD e outras) não ajudaram a valorizar as experiências existentes. As redes de solidariedade tradicional praticamente desapareceram nas comunidades durante a guerra. Quem não tinha nem para si não podia ajudar o outro. As trocas que se verificam entre os que tem algo, por exemplo comida ou sementes e os que necessitam são trocas de um produto por outro. Os que não têm nada, normalmente, fornecem a sua força de trabalho para trabalhos agrícolas em troca do que necessitam - sementes, comida, etc..

A guerra e as políticas de transformação adoptadas no pós-Independência interagiram negativamente criando um círculo vicioso que ampliou o grau de pobreza da população. Esta relação bloqueou qualquer possibilidade de auto-correcção das políticas de desenvolvimento. Qualquer mudança introduzida era paralisada pela guerra. A situação persiste com a dupla administração.

A alteração da situação de pobreza nos diversos distritos passa pelo relançamento de actividades económicas existentes - machambas privadas, extracção de minerais, serrações - e pelo re-estabelecimento dos circuitos de comercialização e transporte.

Para fazer face a carência de alimentos as pessoas mais pobres utilizam regularmente plantas não cultivadas (tubérculos, raízes e sementes). Estes alimentos "de crise" salvam a vida

mas criam grandes dificuldades porque consomem mais energia, água e força de trabalho na sua preparação do que os alimentos comuns. As plantas, tubérculos e raízes "do mato" tem que ser cozidas em várias águas e processadas de tal forma que os produtos tóxicos sejam eliminados. Estes tratamentos implicam um gasto maior de água, de lenha e de esforço físico numa conjuntura em que são difíceis de obter.

4.2. DESENVOLVIMENTO: DIFERENÇAS E PRIORIDADES

O levantamento e a compreensão do que os pobres consideram ser os seus principais problemas e as suas próprias prioridades era um dos objectivos da APP. Os elementos recolhidos serviriam de base para se elaborarem estratégias e políticas que estivessem em consonância com as suas próprias realidades, necessidades e desejos.

A utilização do jogo de feijões[12] para discussão das prioridades/ problemas de desenvolvimento da comunidade e dos mais pobres dentro delas envolveram pessoas de diferentes grupos sociais: velhos, homens, mulheres e jovens; chefes religiosos (padres ou catequistas; shees); membros de diversas instituições (presidente da aldeia, delegado da RENAMO, secretario da FRELIMO, régulo); representantes de diferentes géneros (homens e mulheres). Estes exercícios permitiam estabelecer uma pontuação e uma hierarquização das prioridades de desenvolvimento e dos problemas identificados.

As diferenças no estabelecimento das prioridades podem ser correlacionadas com a idade dos informadores, género, riqueza ou pobreza e posição na estrutura do poder.

O quadro seguinte ilustra esta situação por exemplo no sector agrícola. Os camponeses tentam remover os nós de estrangulamento a sua produção e pretendem garantir melhores acessos ao mercado. Os tecnicos olham para a situação como um problema de avanço tecnológico: mais máquinas, mais insumos e mais conhecimento. A administração e os comerciantes apresentam um ponto de vista semelhante ao dos camponês: há uma riqueza que se perde porque não entra nos circuitos comerciais.

12. Para uma descrição mais detalhada dos métodos de investigação e deste em particular consulte o Doc 4, "Manual de Campo".

Desenvolvimento da agricultura: diferença da prioridade

População	Técnicos	Administração e comerciantes
Solução dos problemas: . de comercialização . termos de troca . ausência de emprego . não existência de infra-estruturas (estradas, lojas, armazéns) que satisfaçam as necessidades.	. Modernização dos métodos de trabalho da terra. (a)	. Créditos bonificados (b)

Fonte: trabalho de campo

(a) A população tem facilidades de acesso e posse da terra. Porém, não tem recursos materiais e financeiros para fazer face as inúmeras exigências que a agricultura impõe. É por isso que a população mesmo tendo terras, continua pobre. São prioritarios as actividades, os meios e o equipamento que permitam trabalhar a terra com maior rendimento. O tractor e uma prioridade porque a enxada consome muito tempo para trabalhar uma pequena porção de terra.

(b) Permitem a reactivação da rede comercial. Os comerciantes não têm fundos. A população não consegue vender os seus excedentes.

4.2.1. AS PRIORIDADES DOS ÓRGAOS ADMINISTRATIVOS

Os projectos idealizados pelos governos distritais para aliviar a pobreza incluem o seguinte tipo de actividades: construção e reabilitação de estradas e outras infraestruturas; abertura de furos e abastecimento de água; plantio de árvores de fruta e de sombra. Apoio às populações na criação de associações para: a) venda de produtos e excedentes agrícolas; b) fabrico e venda de artesanato: trabalhos de barro (bilha), madeira (pilões) e palha (esteiras, chapéus, cestos); c) integração dos desmobilizados militares e paramilitares; d) integração de regressados que usufruíram de treino em diversas especialidades nos campos de refugiados dos países vizinhos tais como: carpintaria, soldadura, latoaria, etc.; e) apoio humanitário ou de emergência: enxadas, catanas, sementes etc.; e f) uma legislação mais clara sobre a terra.

Uma avaliação de alguns projectos com origem nas administrações dos distritos mostra que os funcionários do estado estão preocupados em: 1. resolver alguns problemas que constituem nós de estrangulamento ao desenvolvimento do distrito e que são constantemente colocados pela população (estradas, água, legislação sobre a terra) e 2. melhoria do bem estar

dos funcionários do estado e da apresentação das sedes distritais (ornamentação e beleza).

Se bem que em muitos casos estes projectos sejam necessários, porém não são directamente dirigidos para o alívio à pobreza.

4.2.2. AS PRIORIDADES DOS MAIS POBRES

Os mais pobres tendem a priorizar como actividades de desenvolvimento ou problemas prioritarios a serem resolvidos os seguintes, indicados pela ordem decrescente de importância: transporte, estradas, preços, comercialização, o acesso à terra e à água e a instalação de moageiras a motor. Trata-se de actividades que, em suma, tornam mais rentável a sua produção agrícola, que melhoram os seus termos de troca ou possibilidade de participar no mercado e reduzem a necessidade de mão de obra, factor sempre limitante.

O problema da terra foi colocado de uma forma diferente em diferentes locais. Em locais com terra limitada como no Arquipélago do Bazaruto falou-se de falta de terra e de conflitos entre diferentes utilizadores e formas de uso: conflitos entre agricultores e criadores de cabritos. Problemas de propriedade entre camponeses e dentro da própria comunidade foram mencionados. A terra é considerada pelos camponeses como privada como tendo dono. Os conflitos são resolvidos com base nos critérios e concepções da própria população: a terra é propriedade dos que abriram o mato. Os sistemas de herança da terra dependem do tipo de estrutura social que existe. A terra pode ser vendida, comprada ou alugada. O aluguer, uma das formas mais comuns de alienação da terra, é publicamente apresentado como empréstimo.

A educação e a saúde, na maior parte dos casos, são consideradas as últimas das prioridades pelos camponeses mais pobres.

Os camponeses mais pobres reconhecem a importância da educação para o seu próprio desenvolvimento e dos seus filhos mas consideram que o sistema actualmente existente não promove esse objectivo. A sua avaliação do sistema de educaçao toma em conta a eficiência e eficácia do ensino actualmente existente. Este, na sua opinião, está desadaptado ao meio rural onde está inserido: horários, calendário escolar, programas. Foi proposto, nalguns casos, o alargamento da rede escolar (novas escolas em locais onde não existem) e consequentemente o aumento do número de professores (preenchimento das vagas e aumento dos salários) e formação

pedagógica efectiva dos professores.

A saúde é também avaliada pelos mais pobres com base num critério ligado a satisfação das suas necessidades. O sistema de saúde foi considerado ineficiente e discriminatório. Não há medicamentos nem meios como ambulâncias. Os custos são altos. É preciso pagar aos funcionários e enfermeiros. Há uma discriminação no acesso aos serviços de saúde entre ricos e pobres. Os cuidados tradicionais de saúde são aqueles aos quais a população recorre mais frequentemente estando consciente do tipo de doenças que só são tratáveis no hospital.

A definição de prioridades além de variar de comunidade para comunidade, de pessoa para pessoa, apresenta uma variação correlacionavel com género. As mulheres tendem a dar maior prioridade ao posto de saúde do que os homens. Quando os homens se referem aos problemas de saúde mencionam o hospital e as mulheres o posto de saúde. Esta diferença de formulação, parece-nos que não tem tanto a ver com um problema de tradução ou domínio de português mas sim com a relação existente entre os diferentes géneros e a saúde. A mulher recebe no posto os cuidados ligados a saúde materno infantil.

4.2.3. ACTIVIDADES GERADORAS DE RENDIMENTO

As actividades mais comuns utilizadas pela população dos distritos estudados para gerar receitas para além da agricultura, são: o trabalho assalariado, a venda de ovos, a cestaria, a caça, a pesca, a venda de galinhas, a carpintaria, trabalhos de cerâmica, o fabrico de carvão, corte de lenha, o fabrico de bebidas, fabrico de esteiras, ganho-ganho, alfaiataria, a criação de animais domésticos, a venda de produtos agrícolas, a pesca (nas zonas costeiras).

4.2.3.1 A SITUAÇÃO ACTUAL NOS DISTRITOS: OS PROBLEMAS MAIS PREMENTES

A efectividade de qualquer programa de alívio da pobreza na maior parte dos distritos em que se efectivou o trabalho passa pela resolução de alguns problemas prementes. A falta de adopção de medidas concretas de redução e alívio da pobreza agravará ainda mais estes problemas e tenderá a aumentar a extensão do problema.

Os problemas mais importantes mencionados pelas equipes de investigação e corroborados pelos seus informadores são os seguintes:

O fim da guerra: a maior parte dos distritos foram directamente afectados pela guerra ([13]). Apesar do fim do conflito armado existe a dificuldade em de manter a paz. Estes conflitos são grandes nos distritos de Macossa, Muanza, Chigubo e Meluco. Em todos os distritos que têm um Indice Potencial de Conflito (IPC) alto há problemas de dupla administração, o que de certa forma significa a continuidade do conflito mas sem armas. Na maior parte dos distritos há zonas sob controlo da RENAMO, actividades provocatórias, boatos e dificuldades de inserção de antigos quadros da RENAMO: professores e enfermeiros.

O retorno dos migrações forçadas: em quase todos os distritos verifica-se o retorno dos refugiados e dos deslocados. Para além de esforços feitos para a sua reinstalação, os retornados tentam manter uma ligação com os que ficaram nas zonas de refúgio porque, muitas das vezes, deles depende o envio de remessas de objectos ou produtos para equilibrar o orçamento familiar. As rotas de migração forçada e os pontos de chegada são os mesmos que eram utilizados para as migrações voluntárias, regulares e sazonais à procura de emprego assalariado. Quando forçados a emigrar, especialmente devido a guerra, os migrantes foram para os locais que ja conheciam e onde tinham contactos. O efeito imediato muitas vezes foi que conseguiram emprego nos locais onde trabalhavam, especialmente quando trabalhavam em machambas.

O reassentamento: Em 1995, o reassentamento estava a efectuar-se de acordo com a vontade dos camponeses, pois a Constituição garante explicitamente, a liberdade de escolha e fixação de residência, apesar de existir, nalguns casos, uma certa coacção exercida por administradores para orientar o reassentamento alegando que a prioridade de fornecimento de serviços (escolas, hospitais) iria para as aldeias estabelecidas pelo governo. Os critérios, valores e objectivos do reassentamento feito pelos camponeses, levam-nos a fixarem-se nas suas zonas de origem ancestral e nos locais apropriados para garantir a sua sobrevivência: existência de água, diversidade de recursos de solos e de zonas ecológicas (zonas altas e zonas baixas) terra livre e/ou propriedade sua. Este processo acaba por resultar no facto das populações reassentarem em zonas distantes dos locais onde foram construidas infra-estruturas.

A reconstrução: Muitas actividades de reconstrução ou reabilitação e de construção de infra-estruturas estão em curso no país. Estradas, pontes, escolas, postos de saúde, casas, lojas, etc. estão a ser construidas ou reabilitadas em todo o país. Uma série de instalações surgem sem uma discussão profunda com a população para saber onde se vai localizar, quem vai custear a manutenção e como. Quase sempre se alega que foi feita uma consulta ou uma investigação tipo LRP/DRP mas os "executores" da reconstrução ou reabilitação fazem um trabalho para "inglês ver", a correr, e que não tem em conta os problemas reais da população. Há uma forte resistência dos camponeses, sobretudo dos mais pobres, em fornecer mão de obra grátis para projectos ditos comunitários - escolas, postos de saúde - por duas razões: i) necessitam de dinheiro ou de géneros e ii) força de trabalho é uma mercadoria rara. As elites locais, os

---

13 Embora o conflito armado tenha terminado, as dificuldades de manutenção da Paz ainda estão patentes.

dirigentes e estruturas, tem um forte sistema de controlo e de sanções para obrigar os membros da comunidade a participar quando chamados: quem falta um dia ou não cumpre a tarefa para a qual foi designado recebe como castigo dois dias de trabalho voluntário. Se falta dois recebe como castigo quatro dias de trabalho" voluntário".

Capacidade de trabalho das famílias esgotadas: a maior parte das famílias nas zonas rurais tem uma capacidade de trabalho praticamente esgotada. Os membros da família trabalham o máximo que podem. Todos os membros da família são necessários e são chamados a desenvolver várias actividades produtivas ao longo do ano agrícola. As outras actividades, como por exemplo a frequência à escola são consideradas secundárias face à produção agrícola, o centro da actividade económica da família quer para comer quer para ter dinheiro para comprar outros bens.

5. CONCLUSÕES

Os 15 distritos estudados mostram o processo de desenvolvimento da pobreza. Não se trata de uma situação natural ou provocada pelos deuses. Ela é criada pelos seres humanos. Há as responsabilidades individuais que a comunidade reconhece, os acidentes, as incapacidades, que a comunidade tenta socorrer não culpabilizando ninguém. No entanto, existem outros aspectos gerais que tem a ver com as políticas e estratégias de desenvolvimento. Em todos os distritos abrangidos pelo estudo vê-se claramente que há uma diferença entre as áreas situadas perto e longe das administrações dos distritos. *Há claramente circulos concêntricos de pobreza e miséria. Quanto mais perto da sede administrativa mais infra-estruturas, mais presença do governo, mais ajuda alimentar e quanto mais longe da sede administrativa menos infra-estruturas, menos lojas, menos presença do governo.*

As actividades de desenvolvimento não são implementadas. Os preços dos produtos industrializados são directamente proporcionais à distância entre o local da venda e a sede do distrito. Os precos pagos aos produtores agrícolas pelos seus produtos são inversamente proporcionais a distância das sedes dos distritos. Quanto mais longe mais baixo o preço pago ao produtor.

Na maior parte dos casos as áreas situadas longe das sedes político administrativas tem melhores condições agro-ecológica - mais água, mais florestas, mais caça, mais terreno que nunca foi desbravado. Aí o número de camponeses médios é grande.

Os distritos considerados pobres ilustram claramente os resultados de políticas de

desenvolvimento que consideram como pólos de desenvolvimento os distritos mais ricos. O distrito de Meluco representa os distritos de Moçambique considerados pobres no que diz respeito as estratégias e políticas de uso dos recursos naturais renováveis neste caso a floresta. Segundo um camponês "...Levam tudo e ficam sómente os buracos... Além dos salários baixos e sazonais os madeireiros pouco ou nada fazem pelo distrito. Auxiliaram na abertura da estrada até Meluco sede mas só pagaram o gasóleo e o estado arranjou a máquina".

Nas regiões em que a maioria da população é considerada média, nem pobre nem rica corre-se o perigo de numa situação de emergência ou de falha de produção agrícola se cair na pobreza e miséria generalizadas.

A dependência da agricultura, num contexto de destruição da rede comercial e de mercados imperfeitos faz com que a existência de termos de troca desiguais coloque as famílias numa situação de incapacidade: o que produzem não chega para comprar o que necessitam.

A inexistência de trabalho assalariado local ou de possibilidades de trabalho migratório deixa o camponês dependente da agricultura o que equivale a dizer: dos que compram a sua produção. A alternativa que existe entre produtos de consumo como cereais, amendoim, mandioca e produtos industriais como o algodão constitui uma escolha difícil: o algodão não pode ser consumido, depende de uma única empresa; exige muita mão de obra sobretudo nos períodos em que as outras culturas também necessitam de atenção.

Que tipo de estratégias e de políticas o governo deverá adoptar? Uma estratégia de desenvolvimento e políticas associadas elaboradas por qualquer governo resultam da interacção de varias forças sociais e políticas, da situação actual do país, dos resultados de políticas passadas e presentes. O que é claro todavia é que quanto mais as prioridades do governo reflectirem as prioridades da maioria da população mais possibilidades de êxito estas estratégias e políticas têm.

Os mais pobres tendem a priorizar acções que lhes permitam valorizar o que já produzem e aumentar os seus rendimentos. Actividades como a extensão rural, alargamento e expansão de redes dos serviços sociais - saúde, educação - são prioridades diferentes das que são definidas pela população.

ANEXO 1 - RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Apresentamos um resumo das propostas e recomendações recolhidas no decorrer dos trabalhos de investigação.

1. De ambito administrativo e organizacional

1.1. Inverter a tendência da pobreza e da miséria estarem focalizadas nas regiões distantes das sedes políticas e administrativas priorizando também programas de desenvolvimento para as zonas mais pobres ([14]) como: a) *construção ou reabilitação de infraestruturas e o restabelecimento dos serviços sociais*; b) *definição de estratégias de desenvolvimento;* e c) *melhoria do nível local de planificação e desempenho.*

1.2. No processo de reassentamento, tomar em consideração as opções das populações para regresso aos locais de origem e a sua integração em sistemas de povoamento baseado em valores e critério definidos pelos próprios camponeses e diferentes dos que anteriormente vigoraram. Este processo implica, na opinião de população, a recriação de estruturas *políticas e administrativas locais, como por exemplo, os regulados e chefaturas.*

1.3. *Solucionar o problema da dupla administração* ([15]). Esta situação dificulta o funcionamento normal das instituições ([16]) e afecta em particularmente as pessoas mais pobres o acesso aos benefício sociais. Frustra igualmente funcionários que se querem reintegrar, as pessoas que aspiram a um lugar no aparelho do estado, os pais das crianças que ficam sem estudar etc.

2. Prioridades na canalização dos apoios

2.1. *Canalizar prioritariamente o apoio aos grupos sociais mais carênciados através do fornecimento de ajuda alimentar* (para as pessoas que não possuam terras boas

---

14 Quanto mais perto da sede administrativa mais infra-estruturas, mais presença do governo, mais ajuda alimentar e quanto mais longe da sede administrativa menos infra-estruturas, menos lojas, menos presença do governo.

15 A dupla administração é um conflito pelo poder político e pela hegemonia. A sua persistência revela o não querer ou o não saber conduzir um processo de negociação e de criação de compromissos. A consequência desta situação é: o não funcionamento das instituições, a marginalização de vários grupos sociais e consequências negativas em termos de saúde, educação, paz e desenvolvimento.

16 Os problemas frequentes existentes entre a RENAMO e a FRELIMO são os problemas de reintegração ou integração no Aparelho do Estado de pessoas que querem trabalhar na agricultura, na educação, na saúde ou em qualquer ramo do aparelho de estado.

nem emprego),([17]) *simultaneamente com o desenvolvimento de projectos* para o fomento pecuário, restabelecimento de manadas, distribuição de sementes, utensílios agrícolas, etc.

2.2. *Reforçar o apoio às administrações locais ([18]) com fundos suplementares para investimento* que permitam desenvolver projectos que proporcionem às populações : abastecimento de água([19]), a segurança alimentar, a optimização da rede dos serviços sociais e a melhoria da sua eficiência em gestão.

2.3. Criar *esquemas de créditos para grupos sociais mais desfavorecidos*, para os sectores de pesca, agricultura e pecuária, sobretudo para o fomento da criação de animais de pequenas espécies.

2.4. Possibilitar o *acesso das pessoas pobres a talhões irrigados* ou nas proximidades dos rios.

2.5. *Criar postos de trabalho, particularmente para os jovens* por forma a não contribuírem para o aumento do número de indivíduos pobres e sem qualquer grau de escolaridade.

2.6. Dinamizar a *actividade da Acção Social Escolar* através da Caixa Escolar para as crianças pobres([20]); da *Acção Social hospitalar* para as pessoas pobres que não auferem qualquer tipo de rendimentos (idosos, deficientes, mutilados, viúvas etc.)

3. **Agua**

3.1. Resolver os *problemas dos rios internacionais* cujos braços atravessam Moçambique e a necessidade de se efectuarem *obras de engenharia que evitem o desperdício de água*, através da construção de pequenas barragens que permitam

---

17 O destino das pessoas pobres está ligado às grandes opções estratégicas que serão tomadas na industrialização e comercialização do produto. O ponto de vista dos industriais e dos comerciantes parece ser o mesmo: industrializar com tecnologias avançadas e com pouco recurso à mão de obra. Os trabalhadores preferem uma tecnologia talvez atrasada - a do machelo ou da enxada - mas que dê mais possibilidades de emprego ou de ocupação laboral.

18 As estruturas administrativas instaladas não têm um papel agregador da população que se queixa da falta de apoio por parte do governo para instalar infraestruturas como lojas, serviços, etc, que contribuiriam para a mudança da actual situação existente.

19 Uma solução para o problema de água passa por um controlo da exploração dos recursos naturais renováveis e por sistemas de captação de água, pequenas barragens, controle da erosão, etc... Ao mesmo tempo obras hidráulicas de maior porte parecem ser necessárias.

20 Os problemas mais agudos que a educação enfrenta são os seguintes: falta de livros e cadernos, pobreza dos pais e estudantes; a desistência das crianças causada pela fome. Embora em 1996 se tenha iniciado com a distribuição gratuita de livros escolares da 1ª à 7ª classe. Persistem ainda neste caso a necessidade de se distribuir: material escolar, lanche para as criança "pobres" e beneficiarias de uma atenção especial através da caixa escolar e subsidiar as taxas de inscrições, taxas de provas, taxas de exames, etc.

a armazenagem de água e a recarga dos aquíferos.

4. Agricultura

4.1. Considerar que a *cultura de sequeiro* (dado que algumas regiões de Moçambique estão afectadas pela seca ([21])) é possível desde que *integrada num sistema de trabalho migratório, criação de gado, áreas extensas cultivadas, reservas alimentares e uma rede de comércio* que coloque no mercado produtos alimentares e outras mercadorias em épocas de seca.

4.2. Introduzir de *novas variedades de culturas, resistentes à seca*, de acordo com as novas condições climáticas e o combate às pragas e animais nocivos à agricultura

4.3. Promover *projectos nas zonas rurais que aumentem o número e tipo de fontes geradoras de rendimento;* a criação de unidades agrícolas modernas (emprego assalariado), criação de gado leiteiro, forragens, hortícolas e fruticolas poderão auxiliar a região a estabilizar-se ([22])

4.4. Rever a *situação contratual das empresas madeireiras* nas regiões onde estas actuam no que se refere aos benefícios que as populações locais poderão obter.

4.5. Introduzir *moageiras para a preparação da farinha de milho*, como forma de reduzir o tempo gasto pelas mulheres a pilar, o qual poderá ser utilizado em outro tipo de actividades.

4.6. Particularmente para as regiões produtoras de algodão deve-se ter em conta:

4.6.1. O estabelecimento do *sistema de produção de algodão* de forma a aumentar os rendimentos monetários dos camponeses;

4.6.2. Assegurar através do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) a

---

21 Zonas da Província de Maputo

22 Uma grande parte da população particularmente jovem desloca-se para os centros urbanos a procura de emprego e melhores condições de vida. Na sua maioria presta serviços domésticos ou quando não consegue dedicam-se a pequenos negócios ou à vadiagem. A criação de condições básicas nos locais de origem poderá atrair ou fazer com que as populações deslocadas regressem às mesmas.

comercialização dos excedentes agrícolas alimentares;

4.6.2. Assegurar que as direcções distritais de agricultura e pescas orientem as *populações para que produzam produtos alimentares;*

5. Segurança

5.1. Consolidar a *segurança e a manutenção da lei e ordem nas regiões* por forma e evitarem-se roubos de gado, de equipamento e um aumento da criminalidade.

5.2. Acelerar o *processo de desminagem* por forma a permitir a livre circulação das populações e a abertura de novas zonas de cultivo.

6. Meio ambiente

6.1. Elaborar *planos de desenvolvimento e de expansão* para disciplinar a ocupação física do espaço territorial e alcançar um melhor ordenamento ([23]), crescimento e saneamento do meio ambiente ([24]).

6.2. Sensibilizar a população através das estruturas administrativas e da agricultura, da radio e da imprensa, para a *não utilização de locais impróprios para fins agrícolas e mesmo residenciais* cujos impactos de uso sejam negativos para o meio ambiente([25]).

7. Prioridades

---

23 O tipo de aglomerados populacionais que estão a surgir, a extrema concentração de casas, a falta de condições mínimas de saneamento, são as principais causas das epidemias que surgem: meningite, diarréia sanguinolenta, etc..

24 Para se conseguir o melhoramento das condições ambientais, é necessário:

- Estudar mais aprofundamento e discutir com maior detalhe os mecanismos locais de uso e conservação de recursos naturais;
- A adopção de um programa de educação comunitária não só em torno da preservação, conservação e gestão dos recursos naturais, mas também de cuidados de saúde primários e educação em geral.

25 Há camponeses que produzem em cima de montanhas (zona de maior produção agrícola e factor regulador do microclima local) e nas encostas dos montes sem nenhuma observância das medidas de protecção do solo. Esta prática cria problemas de erosão e desmatamento.

O desmatamento e as queimadas põem em perigo o meio ambiente rural. Esta actividade verifica-se com mais regularidade quando se trata de abrir novas machambas, de obter combustível lenhoso ou madeira para construção, venda ou fabrico de carvão.

7.1. Priorizar a consolidação e melhoria de eficácia das redes de saúde, da educação([26]), comercio, extensão rural ([27]), da distribuição de sementes ([28]), da estabilização dos preços ([29]), da abertura de estradas ([30]).

---

26 Os principais problemas encontrados sao a falta de material escolar por falta de dinheiro e por sao ser vendido na zona e a fome que dificulta que as crianças assimilem integralmente a matéria; a grande distância que se tem que percorrer para alcançar a escola; A insuficiente formação pedagógica dos professores; a baixa remuneração salarial dos professores aliada às difíceis condições de trabalho, não torna atractivo nem mobilizador o seu trabalho na educação.

27 Este sector presta assistência técnica às famílias camponesas e pequenos agricultores (os que possuem acima de 5 ha de terreno cultivado).

O objectivo é a divulgação de tecnologias de baixo custo através de demonstrações práticas. Os programas de extensão estão orientados sobretudo para as culturas de milho, mapira, feijão-nhemba, mandioca e arroz.

28 As sementes nos últimos anos eram doadas por ONG'S. A partir de 1995 a doação de sementes terminou. Em Julho de 1995 houve reclamações generalizadas de crise por falta de sementes.

A explicação para a falta de sementes é normalmente do seguinte teor: 1) Devido à guerra as reservas de sementes dos camponeses diminuíram ou sofreram uma redução drástica; 2) Devido à insegurança, mudanças constantes de residência e à mudança do regime de chuvas os camponeses semeiam sempre que chove um pouco, estratégia esta que consome muita semente.

29 A estratégia para enfrentar a pobreza é igual à estratégia de sobrevivência. As pessoas vão produzindo o que podem e vendem os seu produtos. Muitas vezes a venda é feita a preços muito baixos porque não tem alternativas.

30 O mau estado das estradas constitui uma das razões para o abandono das aldeias pelas populações do distrito de Cuamba. Não há comunicação entre as aldeias, limitando as populações de efectuarem as suas trocas. A falta de estradas leva também ao isolamento e portanto à pobreza de certas regiões do distrito.

Anexo 2 - Termos de referencia

ESTUDO PARTICIPATIVO SOBRE A POBREZA

I. Em defesa de uma abordagem participativa para o estudo da pobreza

1. A estratégia adoptada para o trabalho analítico em curso sobre a pobreza em Moçambique aceita que uma avaliação efectiva e relevante da pobreza deve ser baseada em parte numa avaliação dos pobres sobre a sua situação. Esta proposta esboça as razões para uma abordagem qualitativa e participativa - **Avaliação Participativa da Pobreza** (APP) - e propõe uma metodologia e um plano para a sua implementação em Moçambique. Este trabalho fornecerá contributos para a formulaçao de politicas na Unidade de Alívio à Pobreza (UAP) no Ministério de Plano e Finanças, e reforçará a sua capacidade analítica e as bases de dados existentes para a monitoria da Pobreza. O APP será uma das várias componentes que levará à preparação de uma Avaliação da Pobreza em Moçambique. O exercício contribuirá para o programa de trabalho do Banco, fornecendo material operacionalmente relevante para a preparação e monotoria de projectos; contribuirá de uma forma mais lacta para a compreensão dos padrões das estrategias de sobrevivência e suas mudanças no país, e; reforçará a capacidade da Universidade Eduardo Mondlane realizar investigação participativa.

2. Os objectivos específicos da Avaliação Participativa da Pobreza são explorar nas comunidades urbanas e rurais pobres o seguinte:

(i) As preocupações principais, problemas e prioridades na vida das pessoas no presente, como essas mudaram nos últimos três anos, e percepções sobre os principais obstáculos para alcançar essas prioridades.

(ii) Concepções locais de bem estar relativo, causas de vulneralibilidade e de stress sezonal e a natureza e efectividade dos mecanismos comunitários de resposta, estratégias de sobrevivência a nivel da família e outras (governo/NGO) redes de protecção;

(iii) percepções de fornecimento de serviços sociais: acesso, qualidade e custo de diferentes fornecedores de serviços (públicos, tradicionais e ONG);

(iv) Acesso à terra: segurança e conflito de propriedade e situações sobre as quais o direito de acesso está a mudar;

(v) Acesso a infra-estrutura: mercados e outros serviços sociais económicos (conhecimento, acesso, qualidade) e as barreiras que limitam o acesso aos rendimentos e a participação nos mercados, emprego, etc.

3. Um inquérito crítico sublinhando a avaliação ou estimativa participativa diz respeito ao processo de reconstituição da comunidade no sequência do fim de uma guerra civil. O PPA vai tentar descrever como estas comunidades reanimadas, compreendendo grupos de indivíduos e agregados com necessidades especiais(refugiados, feridos e mutilados de guerra e orfãos) estão a articular as suas necessidades e a enfrentar com a realidade de infraestrura fisica, social e económica devastada. Um esforço vai ser feito para ganhar a compreensão de como os pobres percebem as mudanças nos modos de vida na aldeia e na sociedade, o que os pobres identificam como as suas necessidades primárias, e que tipo de expectativas eles tem em relação ao Governo, comunidade e assistência dos doadores.

4. Os debates nacionais sobre a pobreza tendem a ser conduzidos sobre a forma de deprivação material medida pelos rendimentos, consumos ou gastos e essas medidas servem frequentemente de base para muitas soluções de politicas para a pobreza e da sua relação com o desenvolvimento nacional. No entanto, estas medidas estão também sujeitas a limitações bem conhecidas. As concepções das pessoas sobre as suas próprias desvantagens diferem quase sempre das concepções de pessoas vindas de fora. Por exemplo, um valor considerável é dado a critérios não-economicos como mobilidade e segurança, percepções que uma abordagem participativa deveria ser capaz de identificar. A experiência já mostrou que esse tipo de percepções coloca a ênfase sobre dimensões complexas e diversas da pobreza, desvantagem e vulnerabilidade que estão pobremente representadas nas abordagens convencionais de medição da pobreza.

5. Uma dimensão qualitativa da pobreza deriva a sua importância das seguintes considerações:

a) **Multidimensão:** A pobreza não é sómente uma questão de rendas e despesas baixas. Grupos de desvantagens não materiais constituem núcleos de deprivação que têm ressonâncias poderosas na comunidade e na vida do agregado familiar. Por exemplo, a fraqueza física, isolamento, vulnerabilidade e falta de poder são aspectos que são extremamente relevantes na situação contemporânea de Moçambique. O valor colocado pelos pobres sobre valores não materiais como dignidade podem reflectir a importância da sua associação com instituições sociais complexas ao nivel local e as limitações de estratégias de alivio da pobreza unifocais;

b) **Especificidade local:** As condições que caracterizam a pobreza dos indivíduos e das comunidades e as limitações que reinforçam a sua deprivação são especificas para ambientes particulares fisicos e sociais e bases de vida.

c) **Construções sociais:** As concepções de pobreza e de vulnerabilidade incorporam valores relativos aos direitos básicos e necessidades, que geralmente mudam de entre diferentes categorias sociais (crianças mulheres, por exemplo, podem ser vistas como "necessitando" menos comida que as crianças homens).

d) **Pobreza como um processo:** A pobreza não é somente um estado, mas um resultado que é produzido, e continuamente reproduzido através da operação de processos sociais, políticos, económicos e ambientais.

A análise, em contraste com a simples descrição da pobreza exige o exame do estatuto social, a posição da família ou sociedade onde esse estatuto se aplica, e as renumerações sociais e materiais que estão associadas com isso (género, idade, etnicidade e classe).

e) **Pobreza como vulnerabilidade:** Uma concepção dinâmica da pobreza deverá colocar a ênfase sobre a importância dos bens. Os bens podem incluir a terra, bens de capital como instrumentos e equipamento, bens humanos como saude e educação, demandas sobre a mao de obra da família, direitos sociais e obrigações. Uma analise tomando em conta os bens traz para a primeira linha a vulnerabilidade de indivíduos ou grupos para as condições de pobreza, e a forma como isso muda ao longo do tempo.

6. Uma limitação comum das definições universais de pobreza é a sua incapacidade de capturar as experiências vividas da pobreza. Isto porque as definições gerais de pobreza são pela sua natureza externas, e são usualmente formuladas pelos não-pobres. Realizando um PPA reconhece-se a lógica conceptual inerente ao envolvimento dos pobres na análise da pobreza.

7. O PPA é também um processo de participação, e assim de valor por mérito próprio. Consultar os pobres sobre as suas necessidades e prioridades pode-lhes dar o poder de influenciar as políticas e programas desenhados para o seu beneficio. Finalmente, iniciativas para a redução de pobreza são tão capazes de serem efectivas quanto mais elas responderem aos assuntos que os pobres eles próprios considerem importantes.

II. MÉTODOS PARTICIPATIVOS PARA A AVALIAÇÃO DA POBREZA

8. Nos últimos anos, um conjunto de métodos mais ou menos relacionados foram desenvolvidos por investigadores e trabalhadores de desenvolvimento para realizar investigações e planificação participatória. Estes recorreram aos esforços desenvolvidos pelos pioneiros nos métodos de trabalho de campo na antropologia e na sociologia (por ex. a observação participante e entrevistas qualitativas) e incluem: investigação sobre sistemas agrícolas; avaliação rápida rural; avaliação participativa rural e dos beneficiarios (como praticado em varias operações do Departamento de Africa Austral do Banco Mundial). O poder destas tecnicas no planeamento ao nivel das comunidades locais é demonstrado por um considerável conjunto de publicações. No Departamento de Africa Austral, um uso extensivo de abordagens participativas em trabalho de projecto e de sector deve ser realizado como parte de uma iniciativa sistemática de consulta de clientes.

9. Métodos participativos como o PRA e a avaliação de beneficiarios são agora usados em planificação de projectos, implementação, monitoria e avaliação. No entanto, estes métodos têm sido largamente aplicados a comunidades particulares, a areas geográficas mais ou menos homogéneas, ou em sectores ou sub-sectores singulares. Muitos dos conhecimentos ganhos são pela sua natureza localmente específicos. Em contraste, avaliações da pobreza são exercícios nacionais. Conhecimentos localmente específicos obtidos a partir de investigação participativa devem contribuir para conhecer a pobreza ao nivel nacional. O desafio em desenvolver métodos para um PPA envolve a adaptação de "mecanismos para ouvir" para permitir que experiências ao nivel local, percepções e analises possam ter voz no debate nacional sobre a pobreza e politica social, de forma a permitir que pontos de vista qualitativos possam melhorar as decisões, por exemplo, sobre: a alocação de recursos entre diferentes sectores; implicação e impacto de politicas macroeconómicas sobre os pobres; a efectividade de politicas regionais em aliviar a pobreza; o funcionamento de medidas e programas de rede de protecção, ou os efeitos de descentralização e planeamento local no fornecimento dos serviços.

10. Para o PPA em Moçambique, um numero de tecnicas de mapeamento colectivo, diagramação, de modelagem e de ordenação comparativa de características da comunidade vão ser desenvolvidas e testadas tanto em areas rurais como urbanas. Entrevistas não -estruturadas vao funcionar como a base da métodologia de investigação. Grupos de enfoque e a observação

serão também utilizados. Finalmente, uma selecção de métodos geralmente designadas como Avaliações Rurais Participatorias e Rapidas (RRA/PRA) vao ser empregues; a determinação exacta do conjunto de ferramentas do PRA vai depender do resultado do workshop de treino e do desenho final do guia de campo, a ser preparado a tempo antes da partida dos grupos para o campo.

11. Os métodos a serem usados vao diferir quer nas areas urbanas quer nas areas rurais. Claramente, assumpções derivadas da investigação rural não podem ser traduzidas totalmente para sistemas urbanos. Comunidades urbanas são muito menos homogéneas e inclusivas do que as rurais, e a manipulação dos instrumento do PRA é muito mais complexa. A falta de coesão social nas areas urbanas funciona como um constrangimento formidável ao tipo de actividade colectivas sobre as quais o PRA está baseado, e, por essa razão o exercício do PRA nas areas urbanas terá que ser cuidadosamente desenhado. No entanto, a heterogeneidade pode também manifestar-se em algumas areas rurais, especialmente onde existem grupos sociais marginalizados e socialmente invisíveis. Na situação post-conflito existem condições substanciais para a migração para os areas natais, isto pode surgir como uma fonte significante de tensão local e deve ser importante adaptar os métodos de investigação a um dado contexto social.

12. Naturalmente, esta metodologia não pode garantir a amplificação de todas as preocupações locais relevantes para a formulação de politicas e não pode também elaborar a priorização sumaria das preocupações da comunidade, e ser considerada representativa para todas as areas. Características socio-económicas especificas das diferentes comunidades vao determinar a avaliação e a hierarquização de problemas específicos a esse contexto. Num sentido, isto é uma das forças intrinsecas do PPA: a iluminação da diversidade e complexidade das concepções locais de bem-estar, a variação das preocupações de uma comunidade para outra e a capacidade para apreender, dos pobres eles próprios, a riqueza das noções locais de pobreza. Aquilo que o PPA pode contribuir, pelo menos efectivamente, é uma compreensão do contexto socio-economico em que se enraizam as preocupações da comunidade e a sinalização de aspectos das politicas sobre as quais as preocupações locais são manifestadas.

III. O PROCESSO DO PPA

13. O PPA terá uma abordagem faseada, com o inicio da primeira fase prevista para Abril de 1995. A segunda fase deverá conter o exercício principal, e a terceira fase fornecerá uma dinâmica adicional e importante caracterizando a natureza das mudanças sazonais. A primeira visita de campo será exploratória, aberta e flexível. Uma agenda de investigação relativamente aberta será usada por uma equipa central de investigadores, complementada por agentes locais nas Provincias (Tais como agentes de desenvolvimento rural e trabalhadores de Acção Social)

para investigar pontos de vista locais e condições de Pobreza em areas rurais e urbanas. O trabalho de campo será baseado no uso flexível de metodos de investigação do tipo de avaliação dos beneficiarios: entrevistas semi-estruturadas e de grupos para identificar areas de preocupação e de assuntos prioritarios para o seguimento da fase II. Na I fase, será feito um uso considerável da investigação já existente sobre a pobreza, particularmente o trabalho antropológico realizado num numero consideravel de areas, o PPA actualizar-se-à tendo como base o trabalho anterior feito por estes mesmos investigadores.

Preparação para a I fase envolveu uma pesquisa de literatura bastante extensiva incluindo um mandato especial para compilar o inventário de estudos ràpidos e participatorios. A revisão da literatura fornecerá informação essencial tanto para os Levantamentos Rapidos Exploratório na I fase, bem como a colecção de material, para o trabalho de definição de areas de concentração na II fase. Um beneficio indirecto da preparação do PPa serão os outpts da revisão da literatura que incluirão uma referencia dos estudos participatorios. O objectivo do período inicial do trabalho de campo será de construir sobre a literatura e investigação existente para identificar topicos prioritarios para estudar na fase II. No entanto, os resultados da fase I serão usados como indicadores preliminares, para fornecer o feed-backs dos beneficiarios de varios projectos do Banco Mundial (particularmente em infra-estrutura) e para contribuir a avaliação da pobreza em preparação no UAP.

14. Trabalho de campo em áreas rurais e urbanas começarão no fim de Abril. Estudos urbanos em 5 areas deverão estar concluídas no inicio de Junho. Devido á extensão geográfica antecipam-se os trabalhos de campo nas areas rurais, prosseguindo até ao mes de Julho. Em Agosto, o material de trabalho de campo será analisado e um relatório de sintese preparado. Entretanto, espera-se que um relatório separado sobre as investigações urbanas será preparado, com referencia particular de opções de melhoria de infra-estrutura urbana.

15. A fase principal do trabalho de campo do PPA será realizada em Setembro/Outubro 1995 e estará centrado em areas identificadas durante o decorrer do trabalho de campo inicial. Uma abordagem de PRA mais estruturada será adoptada e um número seleccionado de áreas de estudo será revisitada a partir do conjunto já identificado e visitado durante a primeira fase. Dois conjuntos de métodos relacionados serão utilizados, em linha com o guia temático descrito a seguir (Parágrafo 24). Por um lado, entrevistas semi-estruturadas e grupos de enfoque continuarão a formar a base do trabalho de grupo. Em segundo lugar, metodos do PRA altamente visuais - destinados a aceder ao conhecimento dos pobres e da sua própria análise da sua situação - serão relacionados com assuntos temáticos específicos da agenda de investigação (tais como a diagramação institucional para explorar as percepcões de acesso a serviços sociais chave, ordenação da riqueza para perfis de pobreza da comunidade e análise de modos de vida para explorar tendências e mudanças nos modos de vida). Para iniciar a segunda fase, espera-se ser necessária a contribuição de uma formação mais solida. O planeamento preliminar para o

seminário de treino sugere que existe uma demanda considerável para um PRA de actualização/ formação de formadores e espera-se que a contribuição para a formação em PRA irá contribuir para um esforço mais vasto de reforço de capacidades para realizar avaliações rápidas e participativas da pobreza e análises da pobreza.

16. Tendo em mente a distinção entre investigação rural e urbana, mas também a complementaridade óbvia, propõe-se para a segunda fase, realizar duas investigações separadas mas interligadas. Modulos específicos de treino serão desenvolvidos para cada um deles, apesar do treino ser fornecido a toda a equipa de investigação. Um revisão interina será conduzida com todo o grupo bem como o processo de debriefing/redacção do relatório. No entanto, uma proposta separada já foi preparada para o PPA urbano (Anexo 1). A investigação urbana dará importância particular à questão das ligações rurais e urbanas, sociais e produtivas, através de processos de mapeamento da pobreza ao nível do agregado familiar e do mercado.

17. A terceira e última fase do PPA retornará ao campo em Janeiro/Fevereiro, 1996 para recolher indicadores de variação sezonal. É provável que os locais para a realização de trabalho de campo tomem como base numa amostra dos locais visitados durante a segunda fase.

18. A preparação para a primeira fase envolveu o planeamento, consulta ampla, o recrutamento de investigadores, preparação institucional e coordenação e selecção de locais. Para a preparação da segunda fase, e construindo com base nas experiências de avaliação participativa da pobreza na Zâmbia e no Ghana, um elemento formal de formação vai ser realizado, para introduzir técnicas de PRA\RR e fornecer treinos de aperfeiçoamento para utilizadores. Uma agenda para a formação, que será estabelecida na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, incluirá provavelmente:

- *entrevistas estruturadas e semi-estruturadas;*
- *entrevistas com grupos foco*
- *mapas temáticos*
- *rank de riqueza*
- *mapeamento institucional*
- *diagramação sazonal*
- *analise de tendências*
- *analise de modos de vida*

IV.RESULTADOS E DISSEMINAÇÃO

19. A informação sobre os progressos do PPA será fornecida através de reuniões regulares com a UAP e através de uma série de reuniões com um **Comité Inter-institucional** que deverá ser chamado a reunirse regularmente durante o exercício (instalação do estudo, revisão/avaliação interina e resultados preliminares). Os resultados esperados para cada fase do PPA devem ser os seguintes:

Fase I - Os resultados preliminares devem ser escritos num relatório preliminar em Maio/Junho, 1995 como uma contribuição para as operações do Banco em preparação e a análise da pobreza do UAP em curso. Os resultados finais da primeira fase devem ser escritos em Agosto de 1995 para gerar hipóteses de investigação para um exercício mais focado na Fase II, e para fornecer uma retro-alimentação contínua as tarefas dos projectos do Banco e para a preparação da avaliação da pobreza do UAP.

Fase II- Os resultados da fase II deverão ser disseminados através do comité inter-institucional. O relatório principal devera ser escrito em Novembro/Dezembro, 1995 e disseminado através de reuniões a serem organizadas pela UEM e pela UAP.

Fase III- Os resultados da terceira fase serão incorporados no relatório final, esperado para Abril de 1996.

20. O PPA deverá contribuir para as discussões de políticas sobre a Pobreza e, dois workshops de seguimento do PPA são considerados altamente desejáveis. O primeiro discutirá os resultados do exercício e implicações políticas. O segundo analisará a contribuição do PPA para a política de mudança (como parte do processo retrospectivo do número de PPAs realizados no Sul da região de Africa.

V. Seleccão

21. Várias investigações têm sido seleccionadas para representar a variedade de comunidades diferenciadas como:

* *Característica urbanas/ rurais;*

* *Modos de vidas ;*
* *Produção de milho mandioca;*
* *fertilidade de solos;*
* *Grupo cultural e étnico*
* *Zonas agro-ecológicas*
* *Nível de acesso à infra-estrutura especialmente educação e Saúde primária*
* *Nível de integração com os mercados*
* *Exposição relativa aos efeitos da guerra e intensidade das actividades de desmobilização e reasentamento.*

22. Trabalho de campo será realizado em todas as provincias. A escolha dos locais para realizar a investigação tem sido um processo altamente participativo pela sua natureza, elaborado a partir de consultas com vários Ministérios do Governo, instituições de investigação, doadores e ONGs e fazendo um uso extensivo dos dados de mapeamento da 0NUAC para determinar áreas de estudo representativas e uma amostra de lugares. Três objectivos foram aplicados na selecção dos lugares para o trabalho de campo. Primeiro, uma ampla representação de diferentes factores sociais, económicos e agro-ecológicos (Ver a cima); Em segundo lugar, areas de projectos em execução ou planeados (especialmente na agricultura e sectores sociais) serão seleccionadas para facilitar uma resposta as preocupações da comunidade e; em terceiro lugar, o número de locais será seleccionando para a segunda fase de ligação campo/cidade

Lugares de trabalho de campo

Província	**DistritoArea urbana**
Maputo	BoaneMaputo (2)
Gaza	Chigubo
Inhambane	Inhassouro
Sofala	MuanzaBeira
Manica	Macossa
Tete	Chiúta
Zambezia	MocubaMocuba, Quelimane
Nampula	Muecate

Cabo DelgadoMelucoPemba

Niassa Metarica

VI. INVESTIGAÇÄO: COLABORAÇÄO E REFORÇO DAS CAPACIDADES

23. Complementando os objectivos principais do PPA identificados acima (parágrafo dois), a investigação proposta foi desenhada tendo em mente os seguintes objectivos adicionais:

* *Encorajar o uso dos métodos participatórios para produzir compreensões relevantes para a estratégia de redução da Pobreza e políticas económicas e sociais;*

* *Desenvolver um método que pode utilizar a capacidade existente para trabalho em curso em Moçambique;*

* *Desenvolver capacidade local através de formação em métodos participativos de investigação e planeamento.*

24. Especificamente, o PPA foi desenhado de forma a desenvolver a base de investigação qualitativa existente e de incorporar activamente realizando actualmente investigação participativa sobre a Pobreza. Desta forma o PPA deve desenvolver capacidade de investigação através de:

* *Ligação institucional com A UEM (através do Centro de Estudos da População);*

* *Treino em metodologia para uma comunidade mais vasta de investigadores e práticos em Moçambique:*

* *Apoio a esforços de integração de redes participatórias (através da troca e dessiminação de informação, workshops, treino e sintese de trabalho qualitativo relevante para assuntos de Pobreza no país).*

25. Um aspecto importante do processo serão as funções de monitoria e seguimento. A longo prazo, espera-se que o PPA será capaz de servir como uma fundação sobre o qual o monitoreio

continuo da Pobreza, usando métodos qualitativos e quantitativos pode ser estabelecido. Será importante monitorar a efectividade do PPA ele próprio, especificamente:

* *Quais as recomendações especificas de política que podem ser extraídas do material e se essas recomendações foram utilizadas;*

* *Se o atributo participatorio do processo acrescentou qualquer valor particular, e :*

* *Se a capacidade do país para a realização deste tipo de consulta sistemática dos clientes/beneficiarios foi desenvolvida.*

26. Sob a égide do PPA, um apoio está a ser fornecido para o estabelecimento duma base de recursos de PRA/PLA (Aprendizagem e Acção Participativa) em Moçambique. A iniciativa faz parte de um desejo de estimular redes Sul e a colaboração em metodologias e experiências de investigação participativas. Este esforço será dirigido para a rede de ONGs, doadores e governo estabelecidos em torno do interesse comum da aplicação de métodos rápidos de levantamento.

VII. A AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

27. Uma metodologia baseada no PPA tem de fazer face ao desafio de capturar elementos de pobreza/vulnerabilidade que se aplicam aos varios niveis de comunidade, família e individuo. Deve ser capaz de identificar instituições sociais chave sobre as quais as pessoas se baseiam para apoio mútuo, através das quais elas mantêm os seus modos de vida e através da qual tentam apresentar a sua representatividade perante outras instituições. Apesar dos métodos de investigação terem que ser obrigatoriamente abertos e participatorios para permitir que as prioridades locais emergam e se autoafirmem no processo de investigação, o PPA deverá estar focado num numero de temas chaves que são considerados de relevância particular para politicas públicas. A lista que se segue destina-se a dar um sabor do tipo de areas sobre as quais um exercício deste tipo pode produzir resultados. O guião para as entrevistas - especialmente na segunda e terceira fases estará focado num grupo de questões críticas, a serem determinadas a medida que se avança no desenho do projecto.

* **Posse da terra -**

Acesso no sistema consetuodinário e como isto está a mudar. Consciência do direito á terra. Acesso a terra para refugiados que estão a regressar. Conflito com consessões.

* **R e d e s d e s e g u r a n ç a -**

Vulnerabilidade chave do Pobre e capacidades quer dos agregados quer das comunidades para experimentar 'choques' (guerra, seca). Operação de redes de segurança formais e informais; estratégias para fazer face, mecanismos baseados na comunidade e ligações entre-familias para apoiar os pobres a fazerem face à vulnerabilidade.

* **Contexto de regulação e incentivo -**

Quais são os factores que afectam o acesso a terra, ao credito e aos serviços de extensão? Como e que os pobres são afectados pelo mercado de trabalho e mecanismos de colocação de preços de bens ? Quais os aspectos dos contextos regulatorios que constituem oportunidades frustradas para os Pobres?

* **Provisão do serviço social -**

Acesso a serviços e percepções da qualidade de serviços tais como a saude e a educação. Impedimentos chaves que bloqueiam o acesso ao nivel da família e da comunidade. Expectativas de fornecimento de serviços publicos (governo, ONGs, etc.).

* **Modos de vida de pequenos produtores -**

Percepções de mudança no bem estar ao longo do tempo; fontes de sobrevivência para famílias/indivíduos urbanos; acesso a recursos fora da agricultura; credito, serviços de extensão e mercados.

* **Mudança sazonal -**

Assuntos de migração e padröes de retorno, segurança, vulnerabilidade nas áreas urbanas e rurais; dimensões sezonais da pobreza (em termos de fornecimento de comida, demandas de força de trabalho; problemas de saude, despesas familiares, etc.).

VIII. BASE INSTITUCIONAL E APOIO

28. O PPA será implementado através do Centro de Estudos da População na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, sob a direcção de Yussuf Adam e com o apoio geral de Daniel Owen (Banco Mundial/Maputo). No Banco Mundial/Washintgon, uma administração geral da avaliação da Pobreza em Moçambique está a ser fornecida por Helena Ribe (AF1HR). Membros para as equipes de investigação estão a ser recrutadas na Universidade. Assistentes de investigação, para além de agentes do governo (Acção Social, Agentes de Desenvolvimento Rural etc.) serão seleccionados nas provincias para assistir o trabalho de campo.

29. Um comité inter-institucional será estabelecido para contribuir para o desenho, execução e monitoria do trabalho. Este comité será composto por Institutos da Universidade (Centro de Estudos Africanos, Ciências Sociais, Antropologia, Agronomia, etc.), agências governamentais relevantes (PAU, INDER), doadores (ODA,SIDA, Holanda, AID) e NGO's (Oxfam, ActionAid Concern, CARE, MSF, etc.) . O comité deverá reunir-se pelo menos três vezes - na fase de desenho, no momento propício para levar a cabo uma revisão interina dos resultados do campo e numa fase de trabalho post-campo para o debriefing.

IX. CALENDÁRIO

Planeamento do PPA.....Jan/Fev. 1995

Fase I - Visitas de campo .....Abril/Junho 1995

Relatório interino .....Maio 1995

Fase I - Relatório preliminar ....Agosto 1995

Treino PRA.....Setembro 1995

Fase II - Trabalho de Campo .....Setembro/Outubro 1995

Fase II - Relatório .....Dezembro 1995

Fase III- Trabalho de campo .....Janeiro/Fevereiro 1996

Fase III- Relatório .....Abril 1996

Anexo 3

Comité Inter-Institucional

Art.1 *Ao Comité Inter-Institucional Compete:*

a) Pronunciar-se sobre as metodologias adoptadas no ambito do trabalho de investigação sobre a "Pobreza";

b) Pronunciar-se sobre os planos e programas de actividades das suas áreas de actuação, que realizem trabalho no ambito de "alívio à pobreza";

c) Sugerir medidas legislativas que possam contribuir para uma maior eficácia em cada uma das áreas intervenientes;

d) Sugerir novas linhas de acção para a sua area de actividade;

e) Acompanhar e monitorar a actividade de investigação sob a responsabilidade do DEP (Departamento de Estudos de População), formulando recomendações que entenda convenientes;

f) Pronunciar-se sobre os resultados alcançados do trabalho de investigação, em cada uma das diferentes fases;

g) Manter a direcção de cada uma das áreas intervenientes sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

Art.2 O Comité Inter-Institucional é um órgão de carácter consultivo adstrito ao projecto sobre a "Pobreza em Moçambique" e terá na sua composição:

1. 1 (um) representante dos seguintes organismos /instituições:

a) Ministérios/Instituições de âmbito nacional

Ministério Coordenação Acção Social

Ministério do Plano e Finanças

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Ministério do Comercio, Industria e Turismo

Ministério de Agricultura e Pescas

Ministério de Educação

Ministério da Saúde

Ministério da Juventude Cultura e Desporto

Comissão Nacional do Plano

GAPVU

b) Universidade Eduardo Mondlane

Centro de Estudos Africanos

Faculdade de Agronomia

Faculdade de Veterinária

Faculdade de Medicina

c) **Doadores e ONG's Estrangeiras**

ODA

Cooperação Sueca - ASDI

OXFAM

Action Aid

MSF

UNICEF

d) **ONG's Nacionais/Congregações**

LINK

Progresso

Fundação Desenvolvimento da Comunidade (FDS)

ADEMO

ADEMIMO

Congregassões Católicas

Congregassões Muçulmana

Congregassões Protestantes

Art 3. O Comité Inter-Institucional reunirá 3 vezes, tendo em conta o faseamento seguinte:

1ª Fase: Desenho do projecto

Data:

2ª Fase: Revisão dos resultados do 1º trabalho de campo

Data:

3ª Fase: Apreciação dos resultados do 2º trabalho de campo e conclusões gerais

Data:

Art 4 As sessões do Comité Inter-Institucioanl serão moderadas pelo Director da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane;

Art 5 Os elementos presentes às sessões do Comité Inter-Institucional devem assegurar a colaboração dos seus ministérios, instituições ou associações que representam nomeadamente: promovendo a prestação de informações, estudos e pareceres que lhes foram solicitadas;

Anexo 4 - Lista dos documentos elaborados - Investigação sobre a pobreza em Moçambique

DOC 0 -	Termos de referência
DOC 1 -	Documento inicial
DOC 2 -	Identificação dos Distritos Pobre e Ricos
DOC 4 -	Manual de campo
DOC 5 -	Estudo urbano (geral)
DOC 6 -	Estudo urbano (por bairro)
DOC 7 -	Pobreza no distrito de Chiúta
DOC 8 -	Estudo de caso Moamba/Magude
DOC 9 -	Distrito de Cuamba - Metarica
DOC 10 -	Pobreza na Província da Zambézia - Distrito de Mocuba
DOC 11 -	Aldeia Marien Nguabi e 7 de Setembro - Distrito de Boane
DOC 12 -	Perfil da pobreza Metarica/Cuamba - Niassa
DOC 13 -	Perfil pobreza Nampula - Muecate/Angoche
DOC 14 -	Estudo de caso de Muanza - Prov. Sofala
DOC 15 -	Perfil pobreza Inhambane
DOC 16 -	Estudo de caso de Macossa - Manica
DOC 17 -	A Pobreza num Distrito rico - Gaza
DOC 18 -	Estudo de caso de Meluco - Cabo Delgado
DOC 19 -	Indicador Desenvolvimento dos Distritos (IDD)
DOC 20 -	IDD - Análise por indicador
DOC 21 -	IDD - Ensaio de diferentes tipos de indicadores
DOC 22 -	Estudo participativo sobre a pobreza - Relatório 1ª Fase
DOC 23 -	Distritos "ricos e pobres" (Substitui o Doc 2)
DOC 24 -	Anexo ao Doc 23 "distritos ricos e pobres"
DOC 25 -	Produção pecuária em Moçambique; Necessidades, preferências e limitantes vistas pelos próprios camponeses.
DOC 26 -	Género e pobreza.

Outros documentos:

* Mozambique's participatory poverty study. Internal evaluation. First interim report
* Rural participatory poverty assessment - A report on preliminary findings - Phase I April/July 1995

Anexo 5. Distritos estudados - economias políticas e situações estudadas

Características da Economia Política	Distritos	Relação entre número de homens e número de mulheres	Situações ecológicas e condições agrológicas
Exportação de mão de obra	Magude, Moamba,Chibuto, Homoine,Inhassoro, Muanza, Macossa,Chiuta, Meluco, Cuamba ,Metarica	Mais mulheres que homens	Secas periódicas, zonas áridas, chuvas irregulares
Importação de mao de obra	Moamba, Homoíne, Mocuba, Angoche, Cuamba	Mais homens que mulheres	
Capacidade produtiva moderna instalada	Homoíne, Angoche, Moamba,		
Empresas agrícolas Projectos de desenvolvimento rural	Moamba, Magude, Chibuto,Angoche		
Produção camponesa			
Para o mercado interno	Homoíne,Chiuta, Mocuba, Muecate, Angoche, Cuamba.		
Para o mercado internacional	Mocuba, Cuamba, Metarica		Chuvas regulares, Solos bons
Para auto-subsistencia	Todos	Número de homens e mulheres equilibrado	

Anexo 6. Riqueza e pobreza dos 128 distritos

PROVINCIA		DISTRITO	IBM1	IAED1	IC1	IPE1	IA1	IDD
CD	127°	IBO	0.75	1.00	2.33	1.80	0.00	5.88
GZ	126°	CHIGUBO	0.50	1.00	2.33	0.80	2.00	6.63
SOF	125°	MARINGUE	0.38	1.00	2.50	0.80	2.50	7.17
SOF	124°	MUANZA	0.63	1.00	3.00	1.00	2.00	7.63
CD	123°	NANGADE	0.75	1.00	2.33	1.60	2.00	7.68
GZ	122°	GUIJA	1.50	1.00	2.50	1.20	1.50	7.70
CD	121°	PALMA	1.25	1.00	2.67	1.40	1.50	7.82
CD	120°	MELUCO	0.63	1.00	2.67	1.60	2.00	7.89
ZB	119°	ILE	1.25	1.00	2.00	2.20	1.50	7.95
GZ	118°	MASSINGIR	1.00	2.00	2.50	1.00	1.50	8.00
MN	117°	GURO	1.75	1.00	1.67	1.60	2.00	8.02
CD	116°	NAMUNO	1.50	1.00	2.17	2.40	1.00	8.07
ZB	115°	GILE	0.88	1.00	2.50	1.80	2.00	8.18
TETE	114°	CHIUTA	1.13	2.00	2.17	1.40	1.50	8.19
CD	113°	MUIDUMBE	0.75	1.00	2.50	2.00	2.00	8.25
ZB	112°	NAMARROI	1.00	1.00	2.50	1.80	2.00	8.30
GZ	111°	CHICUALACUALA	1.50	3.00	1.83	1.00	1.00	8.33
CD	110°	QUISSANGA	1.25	1.00	3.00	1.60	1.50	8.35
MN	100°	BARUE	1.63	1.00	1.67	1.60	2.50	8.39
INH	108°	FUNHALOURO	1.25	2.00	2.17	1.00	2.00	8.42
CD	107°	MACOMIA	1.50	1.00	2.67	1.80	1.50	8.47
NS	106°	METARICA	0.88	1.00	2.50	1.60	2.50	8.47
NS	105°	MUEMBE	0.88	1.00	2.50	1.60	2.50	8.47
SOF	104°	CHEMBA	0.88	3.00	2.17	1.00	1.50	8.54
NS	103°	SANGA	1.13	1.00	2.17	1.80	2.50	8.59
ZB	102°	NICOADALA	1.00	1.00	2.00	1.60	3.00	8.60
SOF	101°	CHERINGOMA	0.63	3.00	2.50	1.00	1.50	8.63
MN	100°	MACOSSA	0.63	2.00	2.83	1.20	2.00	8.66
GZ	99°	MASSANGENA	0.75	3.00	2.17	0.80	2.00	8.72
ZB	98°	CHINDE	1.50	2.00	2.17	1.60	1.50	8.77
CD	97°	M.PRAIA	1.25	2.00	2.67	1.40	1.50	8.82
NS	96°	N'GAUMA	0.88	1.00	2.00	2.00	3.00	8.88
NS	95°	LAGO	1.25	1.00	1.83	1.80	3.00	8.88
INH	94°	MABOTE	1.25	2.00	2.17	1.00	2.50	8.92
CD	93°	ANCUABE	1.75	1.00	2.17	2.00	2.00	8.92
SOF	92°	CAIA	1.00	3.00	1.83	1.60	1.50	8.93
NS	91°	NIPEPE	0.75	1.00	2.50	2.20	2.50	8.95
NS	90°	MAVAGO	1.25	1.00	2.83	1.40	2.50	8.98
TETE	89°	CHANGARA	1.75	3.00	1.67	1.60	1.00	9.02
MN	88°	TAMBARA	1.00	2.00	2.33	1.20	2.50	9.03
SOF	87°	MARROMEU	1.25	3.00	2.17	1.20	1.50	9.12
TETE	86°	C.BASSA	1.50	2.00	2.33	1.80	1.50	9.13
TETE	85°	MUTARARA	2.00	3.00	1.83	0.80	1.50	9.13

ZB	84°	A.MOLOCUE	1.38	2.00	2.00	1.80	2.00	9.18
NS	83°	MAJUNE	1.25	1.00	2.33	1.60	3.00	9.18
SOF	82°	GORONGOSA	0.63	3.00	2.17	1.40	2.00	9.19
MN	81°	MACHAZE	1.00	2.00	2.50	1.20	2.50	9.20
CD	80°	MONTEPUEZ	2.50	1.00	1.83	2.40	1.50	9.23
SOF	79°	MACHANGA	0.88	2.00	2.67	1.20	2.50	9.24
CD	78°	MECUFI	1.63	2.00	2.83	1.80	1.00	9.26
GZ	77°	MABALANE	1.63	2.00	2.67	1.00	2.00	9.29
TETE	76°	MOATIZE	1.75	3.00	1.17	2.40	1.00	9.32
TETE	75°	MAGUE	1.13	2.00	2.33	1.40	2.50	9.36
CD	74°	CHIURE	1.63	1.00	2.33	2.40	2.00	9.36
ZB	73°	MAG.COSTA	1.38	1.00	2.50	2.00	2.50	9.38
NS	72°	MAUA	1.25	1.00	2.67	2.00	2.50	9.42
SOF	71°	CHIBABAVA	1.13	3.00	1.83	1.00	2.50	9.46
NS	70°	MANDIMBA	1.25	1.00	1.83	2.40	3.00	9.48
SOF	69°	BUZI	1.13	3.00	1.67	2.20	1.50	9.49
CD	68°	BALAMA	1.63	1.00	2.67	2.20	2.00	9.49
MP	67°	MAGUDE	1.75	2.00	2.17	1.60	2.00	9.52
ZB	66°	NAMACURRA	1.50	1.00	2.33	2.20	2.50	9.53
ZB	65°	LUGELA	1.25	1.00	2.17	2.20	3.00	9.62
NS	64°	MECULA	1.13	2.00	2.17	1.40	3.00	9.69
CD	63°	MUEDA	1.50	2.00	1.83	2.40	2.00	9.73
ZB	62°	MOPEIA	1.00	3.00	2.67	1.60	1.50	9.77
INH	61°	INHASSOURO	1.13	1.00	3.00	2.20	2.50	9.82
TETE	60°	ZUMBO	1.50	2.00	2.67	1.20	2.50	9.87
INH	59°	HOMOINE	1.88	2.00	2.50	2.00	1.50	9.88
NA	58°	ERATI	1.13	2.00	2.67	1.60	2.50	9.89
SOF	57°	NHAMATANDA	0.75	3.00	2.17	2.00	2.00	9.92
MN	56°	MOSSURIZE	1.13	3.00	2.50	1.80	1.50	9.93
NA	55°	MOSSURIL	1.50	1.00	2.83	1.60	3.00	9.93
GZ	54°	BILENE	1.50	2.00	2.67	1.80	2.00	9.97
TETE	53°	CHIFUNDE	1.38	3.00	2.50	1.20	2.00	10.07
INH	52°	ZAVALA	2.13	1.00	2.67	1.80	2.50	10.09
TETE	51°	MARAVIA	1.13	2.00	2.67	1.80	2.50	10.09
MP	50°	MARRAQUENE	1.75	3.00	2.00	1.40	2.00	10.15
INH	49°	PANDA	2.00	2.00	2.50	1.20	2.50	10.20
TETE	48°	MACANGA	1.25	3.00	2.17	1.80	2.00	10.22
MP	47°	BOANE	1.38	3.00	2.50	1.40	2.00	10.28
NS	46°	MECANHELAS	1.38	2.00	2.50	2.40	2.00	10.28
INH	45°	MASSINGA	1.75	2.00	2.17	2.40	2.00	10.32
MP	44°	MANHICA	2.13	2.00	2.00	2.20	2.00	10.32
INH	43°	GOVURO	1.25	2.00	3.00	1.60	2.50	10.35
MP	42°	NAMAACHA	1.50	3.00	2.50	1.40	2.00	10.40
NS	41°	MARRUPA	1.25	2.00	2.17	2.00	3.00	10.42
ZB	40°	MORRUMBALA	1.25	3.00	1.17	2.00	3.00	10.42
NA	39°	LALAUA	1.38	2.00	3.00	1.60	2.50	10.47

:Z	38°	XAI-XAI	1.50	3.00	2.33	2.20	1.50	10.53
'ETE	37°	TSANGANO	1.38	3.00	2.17	2.00	2.00	10.54
:NH	36°	JANGAMO	1.63	3.00	2.17	1.80	2.00	10.59
;Z	35°	CHOKWE	2.13	3.00	2.00	2.00	1.50	10.63
JS	34°	LICHINGA	1.25	3.00	1.33	2.60	2.50	10.68
JA	33°	MEMBA	1.13	3.00	2.50	1.60	2.50	10.72
;Z	32°	CHIBUTO	1.88	3.00	1.67	2.20	2.00	10.74
SOF	31°	DONDO	1.88	3.00	1.67	2.20	2.00	10.74
MN	30°	SUSSUNDENGA	1.50	3.00	1.67	1.60	3.00	10.77
NA	29°	RIBAUE	1.63	2.00	2.17	2.00	3.00	10.79
ZB	28°	MILANGE	1.63	3.00	1.67	2.00	2.50	10.79
ZB	27°	INHASSUNGE	1.00	3.00	3.00	1.80	2.00	10.80
NS	26°	CUAMBA	1.50	3.00	1.50	2.80	2.00	10.80
NA	25°	MALEMA	1.88	2.00	2.33	2.20	2.50	10.91
GZ	24°	MANJACAZE	1.75	3.00	2.17	2.00	2.00	10.92
MP	23°	MATUTUINE	1.63	3.00	2.17	1.20	3.00	10.99
CD	22°	PEMBA	1.50	3.00	2.50	2.00	2.00	11.00
INH	21°	INHARRIME	2.13	2.00	2.67	1.80	2.50	11.09
NA	20°	MUECATI	0.88	3.00	2.83	1.40	3.00	11.11
ZB	19°	MOCUBA	1.75	2.00	2.17	2.20	3.00	11.12
MN	18°	GONDOLA	1.75	3.00	2.17	2.20	2.00	11.12
NA	17°	NAMPULA	1.88	3.00	2.17	1.60	2.50	11.14
NA	16°	MURRUPULA	1.25	3.00	2.67	1.80	2.50	11.22
NA	15°	MOMA	1.75	2.00	2.67	2.40	2.50	11.32
ZB	14°	GURUE	1.63	3.00	2.00	2.20	2.50	11.32
NA	13°	MECUBURI	1.50	2.00	2.67	2.20	3.00	11.37
MP	12°	MOAMBA	2.25	3.00	2.33	1.80	2.00	11.38
NA	11°	MONAPO	1.50	2.00	2.50	2.40	3.00	11.40
INH	10°	VILANCULOS	1.63	3.00	2.33	2.00	2.50	11.46
NA	9°	MECONTA	1.50	3.00	2.67	1.80	2.50	11.47
NA	8°	NAMAPA	1.13	3.00	2.33	2.20	3.00	11.66
INH	7°	MORRUMBENE	1.75	3.00	2.17	2.40	2.50	11.82
MN	6°	MANICA	2.25	3.00	1.67	2.40	2.50	11.82
NA	5°	MONGICUAL	1.38	3.00	3.00	2.00	2.50	11.88
NA	4°	N.VELHA	1.13	3.00	2.50	2.40	3.00	12.03
TETE	3°	ANGONIA	1.88	3.00	2.00	2.20	3.00	12.07
NA	2°	MOGOVOLAS	1.25	3.00	2.67	2.40	3.00	12.32
NA	1°	ANGOCHE	1.88	3.00	2.33	2.60	3.00	12.81

Anexo 7. Temas por abordar

PRINCIPAIS DIFICULDADES

ITENS	MAPUTO	GAZA	I'BANE	SOFALA	MANICA	TETE	ZAMBÉZIA	NAMPULA	C.DELGADO	NIASSA
Caracterização do local									***	
Mapas	***	***					***	***	***	***
Quantificação da pobreza		***		***	***		***			***
Prioridades				***						
Histórias de vida	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***
Organização de base		***	***						***	***
Indicadores de desenvolvimento							***			
Formas de entre-ajuda		***							***	
Fontes de rendimento monetário										
Aplicação dos rendimentos									***	
Casamentos de crianças		***	***			***				
Acesso aos serviços		***			***					
Questões de género										
Interpretação dos quadros anexos		***								

Anexo 8. Estratégias de sobrevivencia dos pobres; Prioridades de desenvolvimento vistas pelos pobres; concepções locais de pobreza

ESTRATEGIAS DE SOBREVIVENCIA DOS POBRES

ESTRATEGIAS	MOAMBA	MAGUDE	CHIBUTO	CHIBUTO	HOMOINE	INHASSORO	BAZARUTO	MACOSSA	MANICA	MUANZA	MUECATE	ANGOCHE	MOCUBA	MELUCO	MELUCO
CORTE LENHA E CARVAO	x	x				x									
AGRICULTURA	X	X						X			X	X			
CACA			X					X							
FARELO									X						
GAFANHOTOS								X							
MACHAMBAS,NAS TERRAS HUMIDAS	X		X				X								
PESCA			X		X	X	X	X	X		X				
RAIZES E TUBERCULOS	X	X						x							
RATOS	X	X	X							X		X	X	X	
TRABALHO ASSALARIADO	X	X	X			X	X								
TRABALHO MIGRATORIO	X	X	X						X			X			
VENDA DE ANIMAIS	X	X	X			X	X	X							
VENDA DE BEBIDAS	X	X	X						X		X	X			

PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO VISTAS PELOS MAIS POBRES

PRIORIDADES	MOAMBA	MAGUDE	CHIBUTO1	CHIBUTO2	HOMOINE	INHAMBANE	BAZARUTO	MACOSSA	MANICA	MUECATE	MOCUBA	MELUCO	MUANZA
AGROQUIMICOS		x											
SEMENTES	x	x			x							x	X
AGUA/POCOS	x	x	x			x		x	x	x	x	x	X
ESCOLA	x	x	x			x		x	x	x	x	x	X
ESTRADAS		x	x					x		x	x	x	
ENERGIA												x	X
EMPRESAS PRIVADAS		x										x	X
LOJAS						X		X	X	X			
CREDITO							x					x	
MOAGEM													
REPOVOAMENTO PECUARIO	x	x	x		x								
SAUDE,POSTO DE	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x		
SAL					X								
COMIDA	X	x					x						
PROJECTOS											X		
PRECOS E TERMOS DE TROCA/PRICES AND TERMS OF EXCHANGE	X	X			X			X	X	X			
TRANSPORTE PUBLICO	x	X						X	X				

CONCEPCOES LOCAIS DE POBREZA

	Moamba	Magude	Chibuto Baixo	ChibutoAlto	Homoine	Inhambane	Bazaruto	Macossa	Manica	Muanza	Muecate	Angoche	Meluco 1/Iba	Meluco2/Neorre	Mocuba
Ajuda.espera de/needs outside help							x				x				x
Aves, Falta/Lack of chickens, ducks		x													x
Cabritos, Falta de/Goats,lack of		x								x					
Canico,Carvao e Lenha/ Charcoal,Cane and Fuelwood cutters				x											
Carro,falta de		x													
Casa de alvenaria				x							x	x		x	
Cego/Blind								x							x
Caca/Hunting			x												
Chuva,Falta de/Rain,Lack of	x		x							x					x
Comida,Falta /Food,lack of	x									x	x	x		x	x
Doente/Sick															x
Dinheiro,Faltade/Money,Lack of	x						x	x	x		x	x	x	x	x
Deficiente fisico/Handicapped			x		x							x			
Emprego									x						
Escola/Sem poder mandar o filho															
Filhos adultos/Sons				x				x							
Familia sem homem															
Familia, sem/Family,without		x								x	x	x		x	x
Fome/Hunger									x			x			
Fogueira/fire								x							
Frutos, Silvestres/Wild fruits									x						
Gado/cattle,lack of	x	x		x				x							
Homem,sem Familia/Man,without family											x				
Instrumentos,Tools															
Junta de bois/draught oxen				x							x	x		x	x
Leprosos/Lepers															
Marido,Sem/Husband,Absence of					x										
Mulheres/Number ofWives		x						x							
Machamba pequena		x							x	x					
Milho,falta de/lack of maize							x								

	Moamba	Magude	Chibuto Baixo	ChibutoAlto	Homoine	Inhambane	Bazaruto	Macossa	Manica	Muanza	Muecate	Angoche	Meluco 1/Iba	Meluco2/Ncorre	Mocuba
Ajuda.espera de/needs outside help							x				x				
Orfaos/Orphan			x	x	x										
Palhota/House								x		x					
Poder/Sem Power/Without											x		x		
Preguicoso								x	x		x	x			
Raizes/roots												x			
Rede,sem											x			x	
Retornados fora da epoca de producao/Returnees out of period of production														x	
Roupa/Clothes						X		x							
Salubridade					x						x				
Sementes,Falta, Seeds,Lack of					x								x		
Surdos/Hearingless											x		x	x	
Trabalho sem /No Employment															
Tecto/Falta de					X										
Terra,possuida, Landholdings,			x												
Terra,irrigada,Land,irrigate	x	x	x		X										
Trabalhadores migrantes/migrants				x							x	x	x	x	
Velhos/old people			x					x	x			x	x	x	
Viuvas/Widows					x			x	x			x	x	x	

Anexo 9. Amplitude dos indicadores

ITENS/DISTRITOS		VALOR 1	VALOR 2	VALOR 3
INDICE DE BASE MATERIAL (IBM)				
INFRAEST.	REPRESAS (2)	1 - 3	4 - 6	7 - 9
	TANQUE CARRACICIDA (2)	1	2	3 - 4
	GABINETES (2)	1	2 - 3	3 - 5
	RESIDENCIAS (2)	1 - 6	7 - 14	15 - 21
	ARMAZÉNS (2)	1	2	3
	BANCOS (2)	1	2	3
REDE ESCOLAR EP1/EP2 (1)		40 - 100	20 - 45	0 -20
REDE SANITÁRIA (1)		40 000-115 000	20 000-93 999	2 000-19 999
INDICE DE APOIO EXTERNO AO DESENV.(IAED)				
ONG's (1)		0 - 2	3 - 4	5 - 17
INDICE POTENCIAL DE CONFLITOS (IPC)				
N° DESMOBILIZADOS ATÉ ACORDOS PAZ (1)		250 - 1202	100 - 249	0 - 99
SOLDADOS DESMOBILIZADOS(DENSIDADE PROJ)(1)		15000-99000	5000-14999	0 - 4999
SOLDADOS TRANSPORTADOS ATÉ 1994 (3)		1001-6000	501 - 1000	13 - 500
EFUGIADOS A REGRESSAR (1)		999-10000	500 - 1 000	32 - 499
EFUGIADOS REGRESSADOS (1)		4000-217270	100 - 3999	0 - 99
DESLOCADOS TRANSPORTADOS (3)		5001-10000	501 - 5000	1 - 500
INDICE POTENCIAL ECONÓMICO (IPE)				
NSIDADE	MAPUTO	0 - 30	31 - 60	61 OU >
	GAZA	0 - 30	31 - 60	61 OU >
	INHAMBANE	1 - 15	16 - 30	31 OU >
	SOFALA	1 - 15	16 - 30	31 OU >
'ULACIONAL	MANICA	1 - 10	11 - 20	21 OU >
	TETE	1 - 10	11 - 15	16 OU >
	ZAMBEZIA	0 -30	31 - 60	61 OU >
	NAMPULA	0 - 50	51 - 100	101OU >
	C. DELGADO	5 - 20	21 - 40	41 OU >
	NIASSA	1 - 8	8 - 12	13 OU >
ILIDADE DE SOLOS (1)		BAIXA	MEDIA	ALTA
UÇÃO DE MILHO (1)		0 - 1750 T	1751-3750 T	3751-18843 T
UÇÃO DE MANDIOCA (1)		0 - 4750 T	4751-29750 T	29751-281398 T
TURA DA REDE COMERCIAL (2)		5000-7000 H/LOJA	2000-5000 H/LOJA	300-2000 H/LOJA
INDICE DA ACESSIBILIDADE (IA)				
ADE DE ESTRADAS (2)		MAU ACESSO	RAZOÁVEL ACESSO	BOM ACESSO
1)		6 - 44	2 - 6	0 - 2

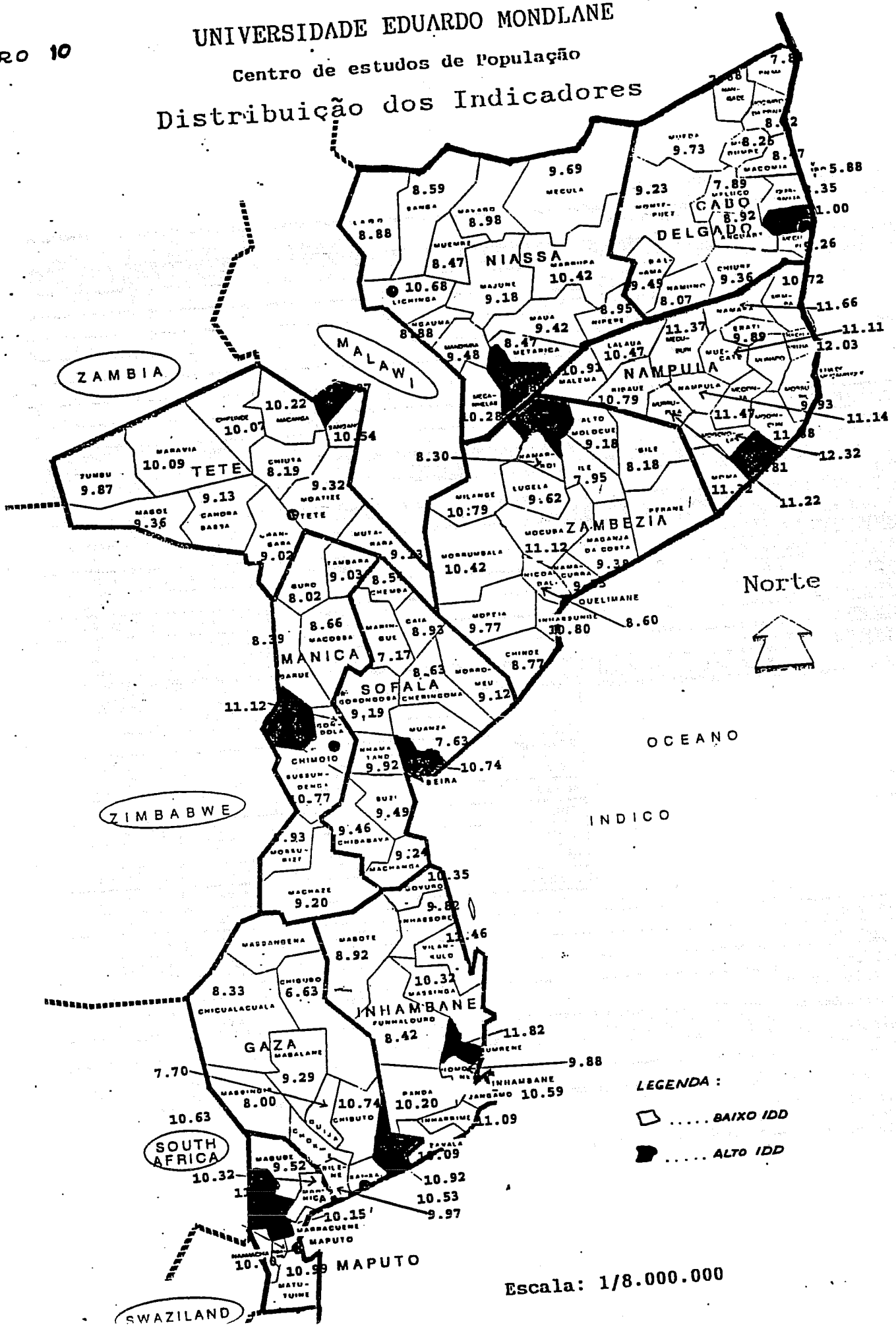
IAC' MAP SERIES - First Edition, February 1994
ão Nacional Plano - Estatística 1992
tional Organization for Migration - Demobilization Programme, Novembro 1994

QUADRO 10

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

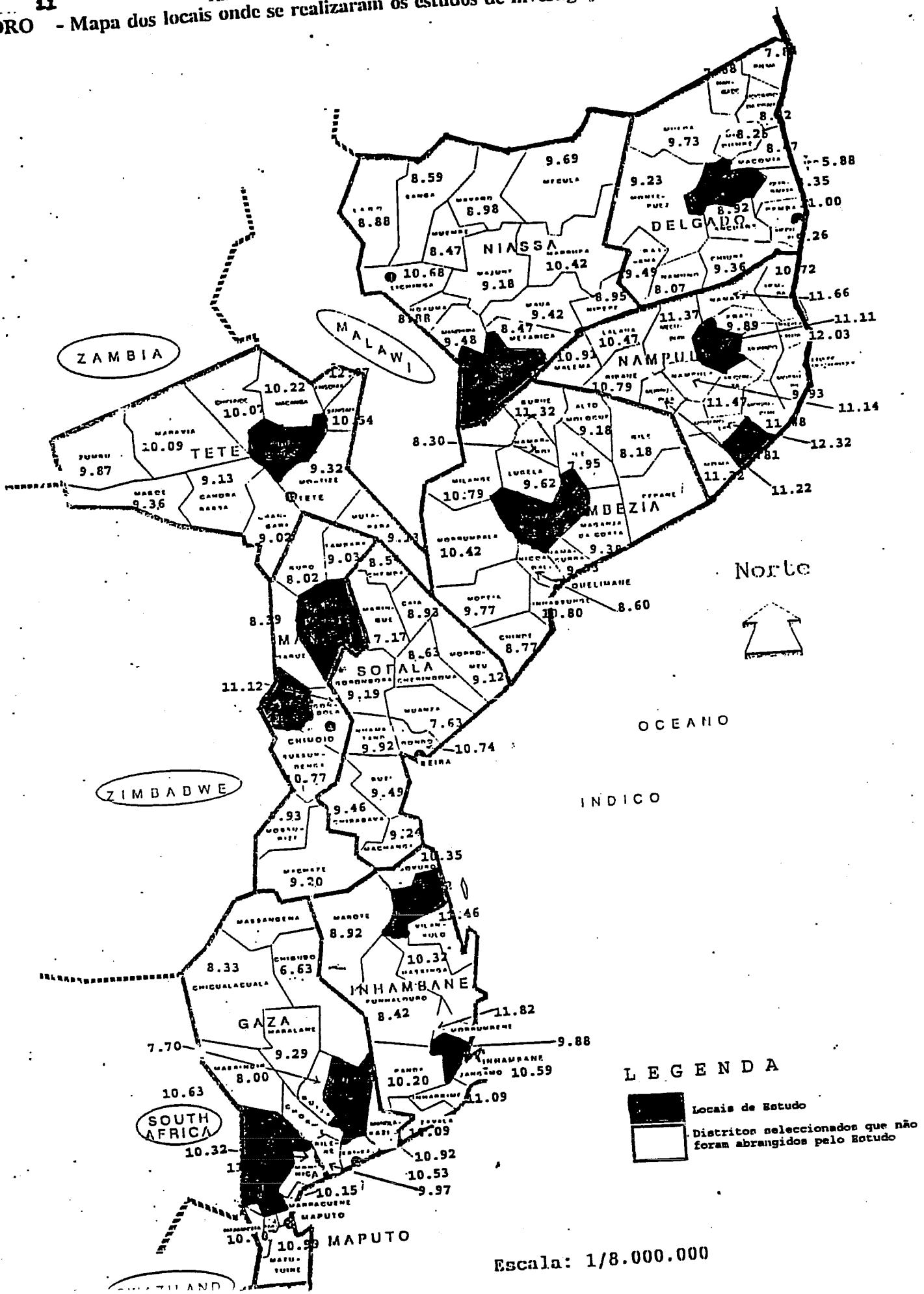
Centro de estudos de População

Distribuição dos Indicadores



11

QUADRO - Mapa dos locais onde se realizaram os estudos de investigação sobre a pobreza



Anexo 12. Formação dos intervenientes na investigação

Formação dos membros das equipes de investigação sobre a pobreza em Moçambique - Fase I

Provincia de Maputo

Nome: *Pascoal Alberto Quehá*
Naturalidade: Vilankulo-Inhambane
Formação/experiência profissional: 4º Ano do curso de Agronomia e Engenharia Florestal
Professor de Matemática

Nome: *Muaneima Tembe*
Naturalidade: Maputo
Formação/experiência profissional: 1º Ano do curso de História

Provincia Gaza

Nome: *Elísio Mazive*
Naturalidade: Chibuto- Gaza
Formação/experiência profissional: Licenciado em Geografia Professor de geografia;
Dissertação"Desenvolvimento Rural em Boane e Moamba".Uma perspectiva geográfica

Nome: *Alberto Cossa*
Naturalidade: Bilene- Gaza
Formação/experiência profissional: 3º Ano do curso de licenciatura em Geografia

Provincia Inhambane

Nome: *Inês Macamo*
Naturalidade: Xai-Xai
Formação/experiência profissional: Licenciada em Geografia; Professora de geografia;
Monitora das cadeiras de geografia Agrária, Regional I,II; Planeamento Urbano; Povoamentos; História da Geografia

Nome: *Pedro João Mavume*
Naturalidade: Maputo
Formação/experiência profissional: 4º Ano do curso de Economia
C.N.P.; Cáritas(L.R.P); C.E.P.(L.R.P.)

Nome: *Delino Armindo Nhalungo*
Naturalidade: Panda- Inhambane
Formação/experiência profissional: 2º Ano do curso de licenciatura em Geografia

Nome: *Eduardo Macuácua*
Naturalidade: Panda- Inhambane
Formação/experiência profissional: 4º Ano do curso de Economia

Nome: *Julião Tivane*
Naturalidade: Vilankulo-Inhambane
Formação/experiência profissional: Electrotecnia; Professor de Biologia;
Educador no Centro de Crianças Orfãs em Pambara

Provincia Sofala

Nome: *Sérgio Neto Nemba*
Naturalidade: Beira
Formação/experiência profissional: 3º Ano de Engenharia Rural na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal Estudo e desenho do Projecto para a elaboração do 1º Manual de Topografia; Técnico de Investigação Agronómica

Provincia Manica

Nome: *Bettencourt Capece*
Naturalidade: Gondola- Chimoio
Formação/experiência profissional: Veterinária

Provincia Zambézia

Nome: *Fernando Pequenino*
Naturalidade: Mocuba-Zambézia
Formação/experiência profissional: Licenciado em História Trabalhos na área de Antropologia

Provincia Tete

Nome: *Romão Mwaluza*
Naturalidade: Changara-Tete
Formação/experiência profissional: 5º Ano do curso de Licenciatura em geografia

Nome: *Jacinta Laissone*

Naturalidade: Angónia- Tete
Formação/experiência profissional: 5º Ano do curso de Licenciatura em Geografia

Provincia Nampula
Nome: *Pedro João Afido*
Naturalidade: Chiúre - Cabo Delgado
Formação/experiência profissional: 4º Ano do curso de Linguística
Elaboração de Manuais de Alfabetização e Educação de Adultos (3 volumes) em língua Makua; Produção do Manual do Curso experimental do Makua.

Nome: *Mário José Chitaute*
Naturalidade: Inharrime-Inhambane
Formação/experiência profissional: 2º Ano do curso de História Professor de Português

Provincia Cabo Delgado
Nome: *Joaquina Silva*
Naturalidade: Mocímboa da Praia- Cabo Delgado
Formação/experiência profissional: 5º Ano do curso de Licenciatura em Geografia Professora de geografia; C.E.P.(L.R.P).

Nome: *António Magerene*
Naturalidade: Namuno- Cabo Delgado
Formação/experiência profissional: 4º Ano do curso de Veterinária Professor; chefe do sector de Vendas e Marketing na Entreposto Comercial de Moçambique

Nome: *Cássimo Nivale*
Naturalidade: Mecufi- Cabo Delgado
Formação/experiência profissional: Técnico Médio de Acção Social Curso básico de Agentes de Acção Social no Instituto de Ciências de Saúde de Maputo.

Provincia Niassa
Nome: *António Matucho*
Naturalidade: Nipepe - Niassa
Formação/experiência profissional: 5º Ano do curso de licenciatura em geografia

Nome: *Lúcia Omar*
Naturalidade: Sanga-Niassa
Formação/experiência profissional: 5º Ano do curso de licenciatura em geografia

Anexo 13. A PRATICA DO LEVANTAMENTO RURAL PARTICIPATIVO EM MOÇAMBIQUE - UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA

1.INTRODUÇÃO

A Avaliação Participativa da Pobreza em Moçambique envolveu numa primeira fase o levantamento de trabalhos quer sobre a pobreza quer sobre outros temas que tenham sido realizados, utilizando-se as abordagens normalmente designadas por 'Participatory Rural Appraisal/PRA' ou 'Levantamento Rural Participativo/LRP' (em português).

A abordagem tem sido definida como "uma abordagem e métodos para apreender sobre a vida e condições rurais da e com a população rural ela própria".

O PPR/LRP, como todos os métodos em voga, tem sido apaixonadamente defendido e criticado. Para uns é um método novo, uma panacéia que resolve todos os problemas de investigação e de participação dos "sujeitos da investigação" no processo. Para outros é um método de amadores, diletantes e nao deve ser aplicado. Para nós o PRA/LRP é uma abordagem que utiliza criativamente um grande menu de métodos, um uso simultâneo de métodos múltiplos das Ciências Sociais e que tenta resolver as dificuldades surgidas com a investigação para o desenvolvimento rural.

2. EM MOÇAMBIQUE

O método, em Moçambique, começou a ser difundido na segunda metade dos anos 1980 sendo, sobretudo, utilizado para o estudo de condições sócio-economicas em regiões onde projectos de desenvolvimento estavam para ser implementados.

Como método de investigação pouca popularidade ganhou entre os investigadores na área de Ciências Sociais. A sua maior utilização se tem verificado entre profissionais de áreas e sectores que necessitam de uma base de informação sócio-económica para tomar decisoes- biólogos e agrónomos por exemplo. As ONG's, quer nacionais quer estrangeiras, têm utilizado esta metodologia para fazer o levantamento de dados para desenhar, identificar, implementar ou avaliar projectos de desenvolvimento.

Alguns esforços foram feitos quer pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural -INDER - quer pelo Centro de Formação Agrária para criar uma rede de informação e coordenação, em relação ao LRP.

2.1. ALGUNS EXEMPLOS DE UTILIZAÇÃO

2.1.1. O ESTUDO DA REALIDADE RURAL : MUDAR MENTALIDADES E OUVIR O POVO: EXPERIÊNCIA DO MINISTERIO DA AGRICULTURA E PESCA

No âmbito do 'Pré-Programa para o Desenvolvimento do sector Familiar' no Ministério de Agricultura e Pescas o LRP foi utilizado para estudar a realidade concreta em quatro distritos do país, para criar uma visão da realidade de 'baixo para cima' e para envolver a comunidade na identificação e desenho do projecto e, ao mesmo tempo, criar entre os

especialistas de diversas áreas - agrónomos, planificadores do uso da terra, economistas, biólogos, sociólogos - uma visão comum.

O 'Pré-Programa' realizou estudos em Xai-Xai, Pemba-Metuge, Gondola e em Lichinga. Foram recolhidos dados sobre os sistemas de culturas, as necessidades, as dificuldades e aspirações. O estudo de Xai-Xai foi utilizado como um exercício para formação interna dos técnicos do programa. Algumas das características do estudo de Xai-Xai - levou muito tempo, foi oneroso, muito extenso e está pouco disseminado - podem-nos levar a caracteriza-lo como um produto oposto ao que o LRP pretende alcançar. Todavia, o objectivo do estudo era criar um ambiente dentro do projecto que permitisse a integração dos diversos técnicos.

Os dados de base recolhidos sobre cada um dos distritos - população, sistemas de produção, culturas, necessidades, prioridades - foram complementados pelos diversos especialistas que recolheram dados para as suas áreas, usando o método do LRP: os pedólogos e planificadores do uso da terra fizeram um levantamento das designações locais dos solos, do conhecimento que a população tem da relação entre certas culturas e certos solos, a sua forma preferida de utilizar um tipo de solo [31]. Os economistas agrários relacionaram os sistemas de produção e a economia dos camponeses, levantando informação "sobre requerimentos de mao de obra, custos, rendimentos, preços pagos aos camponeses produtores das principais culturas, bem como orçamentos familiares anuais (produção,custos, autoconsumo). Estes dados informais (servem) para questionar os dados produzidos mais formalmente (estatística, acompanhamento de preços...)."[32]

Os problemas apresentados pelos camponeses nos quatro distritos sao os seguintes: 1)Falta de acesso ao mercado (venda de produtos agrícolas, compra de produtos industrializados de base); 2) Dificuldades nas aldeias comunais (terras cansadas, machambas distantes, roubos, dificuldades de criar pequenos animais; desorganização social); 3) Dificuldades resultantes de um habitat disperso ou quando retornam aos seus locais de origem (falta de lojas, posto de saude); Suspensão dos serviços de apoio (controle de pragas, distribuição de sementes etc.); descapitalização dos camponeses (perderam as sementes mais caras -batata, feijão jugo, amendoim e animais bois, cabras, etc); 4)Grandes necessidades de investimento de força de trabalho em certo tipos de solos, machongos; 5)Os preços praticados nao estão de acordo com os preços ao produtor e a informação transmitida é insuficiente e incorrecta muitas vezes.

As conclusões, em termos quantitativos, tiradas por Courcier ajudam a entender as diferenças nas despesas anuais entre camponeses dos quatro distritos - o de Gaza gasta cerca 800 USD ano (machambeiro) e o de Gondola 77.9. Todavia a problemática da pobreza, da vulnerabilidade ou da diferenciação social nao está incluída nos cálculos numéricos.

As equipas do INDER, supervisadas pela Dra. Rosemary Galli, tem procedido a um levantamento participativo nos distritos nos quais a sua instituição esta a planificar ou realizar intervenções de apoio ao desenvolvimento. O foco dos trabalhos têm sido sobre as necessidades e prioridades dos camponeses, bem como sobre as suas próprias estratégias de resolução de problemas.

2.1.2. CABO DELGADO: 'BASE LINE STUDY' PARA FUTURA MONITORIA DO PROJECTO

Um Diagnóstico Rural Participativo foi realizado como parte de um estudo de levantamento socio-economico da

---

31. AbdelKarim Sourji. INIA. Comm. Pess.
32- Remy Courcier, Sistemas de Produção e Economia dos Camponeses, Maputo, Fevereiro de 1995, Sistemas de Produção-INIA/DASP.

egião sul de Cabo Delgado - distritos de Montepuez e Balama [33].

O objectivo do estudo era proceder ao levantamento das prioridades das populações para o desenvolvimento e ıvaliar a capacidade das populações em se auto-organizarem e realizarem as tarefas necessárias.

Este estudo sistematicamente nao tratou de aspectos de diferenciação social e/ ou de pobreza. As diferenças entre os ɔrojectos de diferentes grupos de camponeses nao foram captadas.

2.1.3. MAPUTO: conhecer o distrito

O Programa da Helvetas realizou um diagnóstico rápido no distrito de Matutuine-Maputo para fazer um levantamento de dados básicos sobre a economia, redes de saude e educação, bem como das necessidades e desejos dos camponeses.

Este estudo revela também um levantamento rápido e sem grandes preocupações em fazer participar a comunidade, de ouvir e registar sugestões e diferenças de perspectivas , bem como a avaliação feita pelos próprios camponeses.[34]

2.1.4. NAMPULA: LEVANTAMENTO PARA NEGOCIAR POLITICAS COM O GOVERNO

Uma equipa do MAP e do MSU 'Food Security Project' utilizou a metodologia do LRP para fazer um levantamento durante dois meses, Agosto-Setembro, no distrito de Monapo, Provincia de Nampula, em 1993.

O objectivo do estudo era conhecer a evolução da economia pós-guerra na província e no distrito, por forma a contribuir " para o diálogo de políticas sobre estratégias para reconstruir a produção rural e a rede de comercialização, ligando-a com as cidades".[35] As principais conclusões do estudo foram as seguintes: 1) Poucas famílias compravam a sua comida; 2) Pelo menos 25 por cento das famílias nao conseguiam consumir as calorias diárias recomendadas; 3) A extensão das machambas podia ser correlacionada com o rendimento monetário e disponibilidade calórica; 4) Os rendimentos não agrícolas constituiam em média 15 por cento do total dos rendimentos; 5) As famílias nao cultivavam as machambas de acordo com a extensão prevista para um local com muita terra; 6) O algodão é a principal cultura de rendimento e nao há evidência de que os produtores de algodão tenham um bem estar maior do que os nao cultivadores; 7) Os comerciantes ambulantes estao a introduzir uma certa competição com as lojas e compram os produtos a preços próximos dos preços reais de mercado.

O 'Food Security Project'(FSP) tem vindo a utilizar o LRP como uma técnica para preparar o trabalho de campo mais profundo. Antes de se iniciar um trabalho com inquéritos formais o FSP trabalha durante uma semana em cada distrito para contactar informadores chave e camponeses [36].

33- CD Consultores. Programa de Reabilitação Rural de Sul de Cabo delgado. Estudo Socio-Economico Vol 2. Diagnóstico Rapido Rural Participativo,1994.

34 BUHLER, Tobias; DINIS, Luis; *Rede Extensão Rural. Diagnóstico Rápido no distrito de Matutuine* - Maputo, HELVETAS, 1994.36p.

35 MOA/MSU. Evolution of the rural economy in Post-War Mozambique: Insights from a rapid rural appraisal in Monapo district of Nampula Province. Working paper No. 16, January 30 1994.

36. MOA/MSU/UA. A micro economic survey of the smallholder sector in the Province of Nampula:Research methods. Working paper No 36, January 1992

2.1.5. MANICA: LRP PARA ESTABELECER PROJECTO TIPO CAMPFIRE -USO DOS RECURSOS NATURAIS

Um PPA foi realizado por uma equipa moçambicana e outra zimbabweana na região do Chimanimani, área proposta para a constituição de um parque natural de transfronteira.

As equipas tentaram responder a seguintes questões: O que existe (recursos animais, florestais, agua,terra,lugares sagrados) ?; O que é usado (padrões de uso, padrões ligados ao genero, recursos exteriores que chegam)?; Quais os padrões de povoamento?; Como as comunidades estao organizadas internamente?; Quais os padrões de movimento da população?; Quais as dificuldades e oportunidades para implementar o projecto ? [37].

Utilizando um grande conjunto de métodos do menu LRP - mas nenhum que permita verificar diferenciações internas no interior da comunidade - a equipa do CTFC verificou que a população estava em movimento e que havia uma recriação dos padrões de fixação e distribuição da população ante da guerra; que o problema da dupla administração persistia e que havia um certo medo da população em nao querer ficar mal com nenhuma das partes; a zona tem boa cobertura vegetal e bom número de animais, apesar da caça furtiva; que os rios têm lugares sagrados embora não se saiba quem os controla e porque, e que a comunidade receia o TFCA.

Num balanço da informação obtida, J. Hatton considera que a informação que tem é adequada. A avaliação da informação sociológica existente no relatório é claramente insuficiente.

2.1.6. MAPUTO: LRP FEITO POR CRIANÇAS

Um grupo de alunos e professores da Escola Comunitária de Mavalane fez um estudo do seu bairro, mais precisamente da Rua 16, para "Estudar para conhecer, conhecer para compreender e compreender para construir". Este é também o título do estudo e resume magistralmente a filosofia atrás referida do LRP.

O estudo tinha por objectivo preparar cada um dos alunos com " a capacidade de se orientar no ambiente humano, natural e histórico que o rodeia, para ele próprio se conhecer e assumir a possibilidade de ser o construtor da sua existência no meio dos outros e com ele".

As crianças conseguiram saber quantas pessoas nasceram no hospital ,cerca de 300 dos 600 entrevistados, e que para os habitantes da rua o problema mais importante é o transporte, seguido do dinheiro, trabalho, casa e escola, e a relação entre vizinhos.

2.1.7. ESTUDOS LRP VIRADOS PARA A POBREZA

Algumas ONG's tem sistematicamente recolhido dados sobre riqueza/pobreza, realizando exercícios de ranking de riqueza, como por exemplo, a CARITAS.

37. J. Hatton, [illegible] of the Chimanimani transfrontier conservation area. Report to DNPB. April 1995.

A MBEU realizou um estudo sobre a pobreza em Boane. No entanto nao conseguimos obter uma cópia do estudo.

2.1.8. MANUAIS, CURSOS E FORMADORES

Vários manuais de ensino e treino existem em Moçambique. A fraca circulação dos textos e a inexistência de coordenação dificulta a melhoria dos textos, com a inclusão da experiência que se vai ganhando ao longo do tempo.

Um manual da FAO traduzido para Português debruça-se sobre silvicultura comunitária. O texto intitulado "Posse de Terra e de Arvores -Instrumentos para uma avaliação rápida" chegou-nos às maos em forma de texto impresso em computador.

Algumas ONG's tem os seus próprios formadores. Alguns dos formadores sao estrangeiros. A OXFAM por exemplo, iniciou a sua formação com um quadro seu vindo de Londres que animou vários seminários em Moçambique.

Na UEM estao a ser ministrados cursos sobre DRP/LRP nas faculdades de Agronomia e de Veterinária.

3. CONCLUSÕES

Os estudos LRP que tem sido feitos em Moçambique tem sido aplicados de uma maneira diversa: tem sido utilizados em diversos momentos do ciclo do projecto ou tem sido utilizados para realizar investigações cientificas.

Os LRP tem servido para realizar estudos detalhados iniciais em pequenas áreas para dar uma ideia da situação e permitir depois focar um estudo clássico baseado em questionários.

A qualidade dos LRP é muito variada, sendo no entanto correlacionável com o facto de ser um método muito usado por pessoas com pouco (ou nenhum) treino em Ciências Sociais e técnicas de recolha de informação com base em entrevistas.

Entre os cientistas sociais moçambicanos repete-se o mesmo debate que se verifica noutros lugares: O LRP será um método científico ou uma forma de coligir anedotas? Em nossa opinião, qualquer método pode ser mal aplicado. O LRP nao é mais do que um conjunto de métodos que de uma ou de outra forma todos acabamos por utilizar, incluindo os que são absolutamente contra o mesmo (LRP).

Três problemas adicionais devem ser mencionados: o problema de salvaguarda dos textos e investigações realizadas, a circulação da informação e a coordenação de actividades para formar melhor os que aplicam o LRP.

A salvaguarda dos textos pode se fazer com a deposição dos mesmos no Arquivo Histórico de Moçambique ou no CDA do Ministério da Agricultura. Nos mais de 3000 registos existentes somente encontrámos um texto que se referia directamente a um LRP, mesmo os feitos pelo Ministério nao aparecem. A circulação da informação deverá ser garantida através de seminários e discussões mas também pela deposição em locais públicos e a utilização das novas tecnologias para divulgação, como por exemplo o correio electrónico e redes de informação. A coordenação de actividades permitirá a

ıelhoria da qualidade das práticas, discussões colectivas e um maior imput por especialistas em certas areas.

Anexo 14 A PROBLEMÁTICA DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE -UMA REVISÃO DA LITERATURA

A literatura sobre a pobreza em Moçambique - tipo de analises, perspectiva das abordagens, numero de trabalhos - pode ser correlacionavel com o paradigma de desenvolvimento subjacente as politicas de desenvolvimento económico e social aplicados nos diversos períodos.

Os anos de 1986 e 1987 podem ser tomados como separadores entre dois períodos distintos e marcam as negociações para e a adopção de politicas baseadas no figurino do Reajustamento Estrutural.

Antes de 1986-1987 a pobreza era conceptualizada como nao existência de níveis de desenvolvimento aceitáveis, falta de condições basicas para a sobrevivência e desenvolvimento pleno (saude, educação, infra-estruturas, comercio, cultura, etc) e fome A pobreza desapareceria com a transformação socialista da economia e sociedade. A fome, a segurança e insegurança alimentar, sao conceitos utilizados para se referirem indirectamente a pobreza.

Num grande número de países africanos, a adopção de estratégias de ajustamento estrutural, veio acompanhada de uma institucionalização de unidades de alívio da pobreza e de projectos para o estudo da pobreza, para a tradução dos seus resultados em políticas concretas para o alívio da pobreza e, consequentemente, para a sua implementação. Normalmente, esta institucionalização e as análises que a acompanham tendem a subestimar ou a ignorar esforços e estudos anteriores.

Há também uma diferença de enfoques e de problemáticas entre os estudos e políticas pré e pós-Programas de Reajustamento Estrutural. Os estudos que acompanham as medidas de ajustamento estrutural tendem a incidir no alívio da pobreza e na eliminação de impactos negativos das políticas "reajustadas" e da contenção de investimentos do Estado na saúde, educação, etc..

Esta diferença em Moçambique é bastante notória pois os estudos anteriores referiam-se à pobreza como uma condição estrutural do campesinato que a estratégia de desenvolvimento da época, a transição socialista, iria eliminar. A análise da pobreza no início do período da Independência aparece ligada ao estudo da diferenciação social do campesinato.

Os estudos sobre a pobreza em Moçambique podem ser agrupados, grosso modo, em quatro grandes grupos: os estudos anteriores à Independência, os estudos realizados no período 1975-1984, os estudos realizados entre 1984 e 1986 e os estudos realizados depois de 1986.

1. OS ESTUDOS ANTERIORES A INDEPENDÊNCIA

Os estudos anteriores à Independência identificavam a pobreza e as regiões pobres como terreno fértil para o desenvolvimento da consciência nacionalista.

Os distritos identificados como pobres no início da década de 60 eram aqueles onde se já se tinham instalado ou poderiam vir a instalar-se focos da guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique. [38]

A preocupação central era de evitar o surgimento da fome ou de criar condições para que situações crónicas e cíclicas fossem evitadas. Em zonas férteis, com uma produção substancial do campesinato comercializada, a ideia era evitar que a pobreza surgisse como efeito de políticas do estado colonial como a política de preços dos produtos agrícolas, as culturas obrigatórias, os recrutamento coercivos da mão de obra para trabalhos públicos e para as empresas colonas e o trabalho migratório.

2. O PERÍODO 1975-1984

Estudos sobre o meio rural em Moçambique, realizados no período 1975-1984, tendem a caracterizar o campesinato como um grupo heterogéneo e diferenciado. São normalmente identificados três estratos ou camadas do campesinato: os ricos, os médios e os pobres.

Os camponeses ricos constituem, regra geral, uma pequena camada caracterizada pelo uso de mão-de-obra assalariada, às vezes numa base sazonal. De um total de 372 famílias camponesas entrevistadas, somente duas foram classificadas como ricas.[39]

Os camponeses médios são caracterizados por possuírem: 1) Propriedade e uso de instrumentos de produção, como charruas, gado para trabalho e moinhos manuais; 2) uma base agrícola relativamente boa com produção para o mercado e para autoconsumo, 3) uma família relativamente grande com disponibilidade de força de trabalho, 4) áreas de terras, relativamente grandes e 5) propriedade de árvores e culturas permanentes.

Os camponeses pobres são caracterizados como tendo 1) ocasionalmente, propriedade de meios de produção 2) uma base agrícola instável e insegura 3) fraca produção para o mercado 4) fraca produção para o autoconsumo, 5) produção de artesanato para o mercado, mas de baixa qualidade e valor económico, 6) pouca terra, 7) terra de fraca qualidade 8) poucas árvores e 9) uma força de trabalho familiar limitada.

Pode-se argumentar que uma classificação deste tipo está baseada em tipos ideais e é ideologicamente determinada pelo uso do conceito de exploração de mão-de-obra assalariada. Insere-se, tambem, num tipo de literatura também ideologicamente determinada. Contudo, no caso do estudo citado,verifica-se: 1) a realidade não difere da classificação empregue no estudo e 2) a classificação empregue e as categorias utilizadas baseiam-se nas concepções utilizadas pelos próprios camponeses.

Como se passa de uma categoria (de camponês rico para pobre) para outra? Um dos estudos realizados, em 1977, considera que as duas categorias, médio e pobre, são extremamente instáveis e que uma família pode, facilmente, passar de uma para outra. Entre as famílias pobres incluem-se aquelas que estão no início ou no fim do seu ciclo de vida e de produção, as dos jovens e as dos velhos. No sul de Moçambique a pertença a um ou outro estrato é também determinada

38. Rita-Ferreira, Antonio, A promoção social em Moçambique, Lisboa, 1964.
39. Ruth First et al, The Mozambican Miner, CEA/IICM/UEM, 1977, pp. 9 e pp. 107/108. Veja-se tambem First, Ruth (1983) - Black Gold, The Mozambican Miner. Proletarian and Peasant. Sussex, The Harvester Press.

pelo acesso ao trabalho assalariado nas minas.[40] O acesso a um certo tipo de recursos naturais - solos irrigados ou que mantêm humidade no período seco - é também considerado um indicador de diferenciação.

O estudo "Mineiro Moçambicano" foi conduzido num contexto de reformulação de políticas do Estado quer em relação ao trabalho migratório quer ao desenvolvimento rural. Um dos objectivos do estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos Africanos para o Ministerio de Trabalho era elaborar recomendações de estratégias e políticas. Um aspecto discutido aprofundamente é a ligação entre a pobreza rural e o desenvolvimento das aldeias comunais considerando-se que as mesmas 1) recebiam uma forte sanção negativa dos camponeses médios e 2) poderiam pôr em perigo a sua frágil base produtiva.[41]

Os vários estudos realizados pelo CEA, entre 1977 e 1983/84, eram, normalmente, omissos, pelo menos nos textos publicados sobre as contradições das políticas e da sua relação com a resistência camponesa, a falta de produção e de produtividade. Na análise, as aldeias comunais são consideradas uma solução para o desenvolvimento do campo, sugerindo-se, no entanto, a modificação da política de colectivização e de povoamento concentrado para formas mais gradualistas e dando uma maior atenção à localização física das aldeias. As recomendações e sugestões feitas pela equipa do "Mineiro" nunca foram aplicadas.

3. OS ESTUDOS REALIZADOS ENTRE 1984 E 1986

Uma segunda onda de estudos compõe-se de investigações efectuadas a partir de 1983/84 quando 1) Moçambique foi atingido pela seca e pela fome 2) houve uma reestruturação das relações de Moçambique, quer com agências doadoras quer com alguns países 3) entram, em Moçambique, as ONG's.

O número de estudos efectuados foi bastante grande como grande era também a diferença de metodologias, a aproximação entre as análises e a realidade, a competência técnico-científica dos seus mentores. Hoje em dia torna-se praticamente impossível localizar a maioria destes estudos.[42]

De um total de 43 estudos realizados, somente quatro incluiam dados sócio-económicos: Ntemangau-Tete (Março 1985), Espungabera, Manica (Março de 1985), Quelimane, Zambézia (Julho de 1985) e Estima, Tete (Dezembro de 1985). No que se refere à pobreza cada um dos quatro estudos mencionados mostra o seguinte:[43]

40. First, 1977,144 e 147.
41. First, 1977,pp 145-147.
42. Frances De Souza, Strenghtening Information Networks in Mozambique, UNICEF-Maputo, 05.03.1986. A autora, numa consultoria realizada pela UNICEF, faz uma análise profunda sobre os estudos realizados.
43. D'Sousa, 1986,pp 27 e 28.

Em cada aldeia existia um vasto leque de famílias, desde as pobres às relativamente ricas ou bem situadas.

Os ricos: As famílias ricas tinham gado caprino ou bovino, dois talhões de terra, especialmente um irrigável, mão-de-obra suficiente, pessoas da família com trabalho assalariado. O estado nutricional das crianças era bom. Os ricos tinham : animais, dinheiro, salário, terra, remessas de emigrantes, instrumentos agrícolas, mão-de-obra suficiente.

Os pobres : As famílias eram compostas, essencialmente, por indivíduos velhos, não tinham nem terra irrigável nem cegonha, tinham sido afectados pela seca que causou a morte de adultos e crianças. A situação de pobreza era evidenciada pelo aspecto das casas - pequenas ou mal mantidas, pela ausência dos familiares - a trabalharem fora do distrito e sem enviarem ajuda quer em dinheiro quer em comida e pela falta de mão-de-obra produtiva. O estado nutricional das crianças era fraco.

Espungabera:

Os ricos : Os ricos praticamente não existiam. As comunidades aí encontradas eram recém regressadas do Zimbabwe, onde se tinham refugiado e iniciavam o seu re-estabelecimento.

Os pobres: Os habitantes de aldeias recentemente estabelecidas, pessoas socialmente deslocadas, com acesso apenas a quantidades mínimas de comida, quer em qualidade quer em quantidade.

Estima:

Os ricos: Possuiam bens que poderiam vender ou converter em dinheiro nos momentos de carência, mais de 10 porcos ou cabras ou grandes ruminantes, especialmente gado de trabalho.

Os pobres: Os pobres não possuiam qualquer espécie de animais ou tinham menos de cinco porcos ou cabras e algumas galinhas e patos.

Era também possível distinguir as aldeias ricas das aldeias pobres. As mais pobres eram as que tinham as maiores percentagens de mal-nutrição, o número mais baixo de assalariados e o menor número de reservas alimentares.

Quelimane:

Os pobres: Apresentavam elevados índices de má nutrição nas crianças requerendo hospitalização. Este facto estava, geralmente, associado a famílias em que o marido tinha mais do que uma mulher, um salário baixo, grande número de filhos, pequenas machambas e uma fraca variedade de culturas produzidas.

Os estudos realizados sobre a seca e a guerra mostravam que a situação das famílias pobres era vulnerável e que as :cas repetidas, a falta de acesso a trabalho assalariado ou a guerra eram factores que agravavam ainda mais essa situação.

A continuação de estudos nalguns dos locais citados mostra, com mais clareza, a diferenciação entre pobres e ricos. No caso de Changara as diferenças de identidades étnicas , entre os que falam ChiNungwe e os que falam Shona ou entre Tawaras e Nhunwes, estavam também associadas à pobreza das aldeias. As aldeias Tawaras eram mais pobres pois ecebiam menos ajuda do Estado e dos doadores. Paralelamente, eram também as aldeias que, de certa forma, apoiavam a RENAMO.[44]

A maior parte dos estudos anteriormente citados não tratavam do comportamento político dos camponeses face à guerra. A guerra era tomada como um elemento destruidor e sem qualquer relação com a situação sócio-económica estudada.

Uma abordagem diferente é dada pelos trabalhos de Anders Nilsson sobre Homoíne. Ele estudou a estrutura social do campesinato e o comportamento político dos diferentes estratos perante a RENAMO. As suas conclusões são, *grosso modo*, as seguintes:

1) A classificação adoptada pelas autoridades - deslocados, afectados e recuperados - tem uma relação com a diferenciação social do campesinato. Os deslocados eram os camponeses ricos, os afectados, os médios e os recuperados, os pobres.

2) Os camponeses pobres estavam, muito frequentemente, envolvidos em actividades de banditismo e de roubo.

4. DE 1989 EM DIANTE

Uma nova onda de estudos, elaborada a partir de 1989, pode ser caracterizada como a dos estudos que apresentam uma visão macroeconómica da pobreza. Um estudo que ilustra este tipo de abordagem é o Poverty Assessment Paper, de Reginal Herbold Green, elaborado em 1989.[45]

Green faz uma análise geral da situação económica de Moçambique utilizando dados produzidos por vários órgãos do Estado que referenciam áreas que vão desde a Educação até à Saúde. Tenta também contextualizar a situação de Moçambique em 1989, analisando a evolução da sua economia no período colonial e no período pós-colonial. Na sua abordagem sobre a pobreza, Green estabelece a diferença entre pobreza absoluta que pode ser considerada como "rendimentos da família abaixo da qual se verificam problemas de crescimento das crianças e/ou o custo de uma ração alimentar básica (fornecendo 60 ou 70 por cento das necessidades calóricas) custa 50 por cento dos rendimentos por pessoa

44. Adam, Yussuf
45. Reginald Green, Estudo SDA -Social Dimensions of Adjustment - Estudo sobre o Impacto Social do Programa de reabilitação em relação aos grupos populacionais mais desfavorecidos", Fevereiro de 1989.

Quatro grupos são definidos como absolutamente pobres: 1) famílias urbanas com rendimentos monetários abaixo dos 4 000 MT e sem machamba; 2) residentes de áreas peri-urbanas com acesso limitado à terra, com compras de comida e sem rendimento monetário; 3) deslocados e afectados pela guerra e 4) famílias rurais com acesso limitado a sementes, instrumentos, mercados ou bens para comprar. O autor caracteriza também a pobreza estrutural e a pobreza conjuntural[46]

Para Green, a pobreza rural em Moçambique foi agravada pela guerra e pela sua herança colonial pois que Portugal, na Europa, tratava da mesma forma o seu próprio sector familiar. Green, viciado pelos mitos nacionalistas sobre o estado colonial que criou uma classe de camponeses africanos ricos como sua tábua de salvação, propõe uma intervenção na melhoria das infra-estruturas educacionais e sanitárias, a melhoria da comercialização, dos sistemas de transporte e um cuidado especial com a agricultura pois, na sua opinião, "a chave para a redução da pobreza rural é a auto-suficiência alimentar das populações rurais e a percentagem dos mercados urbanos que são alimentados pela produção doméstica acrescido ao relançamento das exportações e da manufactura doméstica."

As discussões sobre os impactos sociais e económicos do Reajustamento Estrutural e as alternativas para fazer face a esse efeito negativo nao desejado e nao previsto em muitos casos parecem fazer parte das agendas dos planificadores e tomadores de decisões sobre o desenvolvimento de Moçambique desde 1984. No entanto, somente em 1988 e produzido um estudo especifico sobre a pobreza, " A dimensão social do ajustamento - A pobreza em Moçambique". O estudo assinado pelo professor Reginald Herbold Green do Institute of Development Studies da Universidade de Susex relaciona as causas da pobreza com seis factores: 1)rapidos aumentos de precos, 2) redução de subsídios, 2) aumentos salariais nao compatíveis com o aumento real dos preços ; erosão do poder real de compra, 3) taxas (introdução ou aumento) na saude e educação e 6) erosão substancial dos rendimentos reais dos agregados familiares nas areas peri-urbanas.[47]

Green analisou a situação nos varios sectores e ministérios com base em dados e informações providenciadas por quadros especialmente destacados para o assunto e que resumiram documentos ja existentes.[48] A participação dos diferentes tecnicos foi bastante limitada: forneceram informação mas a sua opinião, as alternativas propostas, a discussão dos resultados nao ocorreu.[49] Mas apesar de tudo e um estudo fundamental pois analisa a informação existente, recolhe os depoimentos e analises de quadros moçambicanos e propõe politicas para o governo.

O SDA paper considera a existência em Moçambique de dois tipos de pobreza: a absoluta e conjuntural.

A pobreza absoluta nas zonas urbanas de Moçambique " e o limite de rendimento familiar mensal por pessoa, abaixo do qual o crescimento deficiente das crianças e muito comum; e/ou quando o custo da quota mensal de alimentos (que fornece 60 a 70% das necessidades de calorias) constitui 50 por cento do rendimento por pessoa". Pobre absoluto tem uma alimentação com deficiência calórica, nao tem dinheiro para comprar bens de uso pessoal e domestico, nao tem acesso a saude e a educação.

Quem sao os pobres absolutos? Famílias urbanas com rendimentos abaixo de 4000.00MT por mes e sem machamba; famílias peri-urbanas sem acesso a machambas, necessitando de comprar o que comem e sem formas de ganhar dinheiro; os afectados pela guerra (deslocados, os que viviam nos teatros de operações militares e as famílias rurais sem acesso a sementes, instrumentos de produção, mercados e bens para comprar. A pobreza estrutural atinge mutilados e

46. Green:1989:11-13
47. Green:1989:9
48. Green:1989:21
49. D. C., comunicação pessoal, Maputo.

cegos, orfaos, velhos sem apoio familiar; agregados familiares grandes mas com pouca mao de obra (famílias chefiadas por viúvas ou mulheres sozinhas) e sem acesso a emprego ou a terras para produzir.

A pobreza conjuntural pode ser definida como um estagio em que se encontram as famílias que se viram forçadas a viver fora do seu circuito normal de produção e comercialização. Quem sao os atingidos pela pobreza conjuntural? Os afectados pela guerra (deslocados, os que viviam no teatro de operações, os refugiados); empregados urbanos; famílias afectadas pela seca e os desempregados.

A separação estrutural/conjuntural em MoÇambique devido aos longos anos de guerra e de disrupçao da economia acabou por se tornar-se tenue. A pobreza tornou-se praticamente toda ela estrutural.

Apesar do tipo de informação disponível sobre a pobreza urbana (um inquérito de receitas e despesas 1988 para Tete e de 1989 para Maputo, paginas em relatórios sobre outros assuntos, algumas reflexões escritas e outras nao, dados provenientes de actividades correntes, pesos ao nascer no HCM, taxas de atendimento etc.) Herbold Green conseguiu fazer falar os dados analisando cada um dos sectores importantes para a vida do pobre urbano. Os aspectos analisados no relatório SDA foram os seguintes: salário minimo e abastecimento ou seja a capacidade em obter o nivel calórico mínimo; os serviços de saude e a baixa da procura dos serviços e o tipo de anomalias no estado de saude (peso ao nascer, crianças mal-nutridas);habitação,um sector em crise quer no caniço quer no cimento; agua e saneamento , descida da cobertura com agua potável de 51 para 31 por cento por ter crescido o numero de utentes e a rede se ter mantido na mesma; a agricultura nas zonas verdes que equilibrou as bolsas e matou a fome de cerca de 30 por cento das famílias de Maputo, os transportes , pouco e caros; a energia ,carvão, lenha e electricidade, sao caras e pouco acessíveis, a educação estava em crise porque tinha as taxas relativamente altas de cobertura mas a qualidade era fraca, a industria apesar de estar em recuperação em 1989 nao fornecia bens de consumo que produzia nem empregos assalariados e o comercio que nao conseguia abastecer as cidades mas produzia dados sobre a pobreza absoluta.

A segurança alimentar e um problema considerado fundamental para os habitantes urbanos. Em Maputo e Beira a situação foi considerada um problema financeiro e noutras cidades como sendo de falta fisica de comida.

A segunda parte do estudo SDA ou relatório Green refere-se a pobreza rural. A estrutura da analise da pobreza rural utilizada pelo autor e a mesma que utilizou para a pobreza urbana. No campo, para R.H. Green estao 90 por cento dos pobres absolutos de Moçambique. Quem sao eles? Os deslocados, os afectados, a população peri-urbana rural, e o sector dos menos gravemente atingidos ou famílias estáveis.

Quais os rendimentos destes grupos rurais? Os rurais peri-urbanos beneficiam-se do auto-abastecimento (alimentos da própria machamba, lenha da floresta); algumas remessas da RSA ou do interior do pais e renumerações do sector informal.

Os menos afectados ou estáveis tem tambem os seus rendimentos baseados em "quatro patas": autoabastecimento (comida, lenha,habitação),; venda de excedentes e de animais; remessas de familiares e de emprego nao agricola ou de venda de bens nao agrícolas, artesanato.

Estas fontes de rendimento das populações rurais estavam em crise devido a guerra e a redução do trabalho migratório para a RSA. A pobreza rural em Moçambique, segundo R.H. Green, e estrutural e herdada do colonialismo português que nao se preocupava com o sector familiar em Portugal.

As soluções para a pobreza estrutural rural? As populações nao tem sementes, insumos, meios de trabalho, ıstrumentos, dinheiro. Estao afastadas do mercado pela destruição das lojas e das estradas. Nao tem acesso ao provisionamento, a pesquisa e a extensão. Os precos nao adequados constitui um problema.

As saídas? Fornecimento gratuito de bens, sementes e instrumentos. Projectos sazonais de uso de mao de obra ntensiva.

Os serviços publicos para servir os pobres rurais nao podem funcionar com base na recuperação dos custos. Os problemas e as soluções para cada um dos sectores nas zonas rurais sao os seguintes segundo Green:

Saude - aumento da rede e intensificação da cobertura dos serviços. Dois problemas principais: falta de dinheiro e finanças e de formação profissional.

Agua e saneamento - Pouco ou nada se sabe mas a fraca densidade populacional deveria contribuir para se ter uma situação melhor do que nas zonas peri-urbanas (menos poluição, menos doencas). Apoios externos mais uma reformulação dos programas de emergência que deveriam recorrer a uma maior participação comunitária melhoraria a situação. As latrinas existem mas os precos elevados das lajes tornam-nas muito caras.

Educação A cobertura da rede de educação diminuiu quer devido as salas destruídas quer ao numero de alunos matriculados. Obstáculos? Falta de fundos para a re-expansao, falta de livros e o problema da lingua de ensino deveriam ser resolvidas.

Habitação - A habitação rural e inadequada quer no espaço quer na qualidade. Melhoria do desenho das casas rurais iria aumentar a qualidade da habitação.

Energia -As famílias rurais sao autosuficientes nas suas fontes de energia. Quando a família vive numa area de densidade populacional elevada e se tem de se deslocar a mais de dois quilómetros de distancia para procurar lenha ha problemas de tempo.

Transporte Rural - Tem impacto negativo na pobreza a falta e os altos custos de transporte. O estado nao tem politica coerente no sector.O alto custo de transporte agrava os termos de troca no campo pois os comerciantes pagam menos ao produtor.

Agricultura - Sector chave para o combate a pobreza rural absoluta e autosuficiencia alimentar no campo. A agricultura e o Ministério poderão contribuir para o relançamento das exportações, abastecimento dos industrias e aprovisionamento alimentar das cidades.

Segurança Alimentar Rural -mesmo durante a guerra uma boa parte, 60 a 70 por cento, do abastecimento alimentar era produzido pelos camponeses. A guerra, a destruição de infra-estruturas, a falta de transportes e a redução da rede de comercio levou a insegurança alimentar. A guerra cria insegurança fisica, falta artificial de terra, fuga forçada de 5,5 milhões de pessoas e a falta de recursos para a reabilitação.

Green retira as implicações da situaçao anteriormente descrita para as politicas globais e sectoriais do governo. Solução? Garantir e aumentar o emprego, auto-emprego e o incremento da sua produtividade e a renumeração adequada do emprego.

Estes dois objectivos/metas tem implicação nas politicas sectoriais e globais segundo Green. Estas sao as seguintes: Salário minimo que defenda o poder real de compra; defesa dos preços reais ao produtor agrícola; expansão de emprego e auto-emprego através de politicas macroeconómicas; aumento da capacidade de produção agrícola (acesso ao aprovisionamento;transporte; comerciantes e mercados) e aos serviços basicos de saude e educação.

O desenvolvimento de infra-estruturas para apoiar o desenvolvimento rural; politicas habitacionais que garantam a recuperação e manutenção das cidades de cimento e melhoria e expansão do caniço e a realização de projectos fora de Maputo e das cidades.

As politicas sectoriais propostas seguem um principio comum para todos os sectores: aumentar a cobertura, proteger os grupos vulneráveis garantindo-lhes o acesso, recuperar custos garantindo criterios claros de isenção e investigar e testar novas soluções.

Um documento do Banco Mundial, o Mozambique Poverty Alleviation Framework Paper, de 1990, identifica a situação da pobreza com base em relatórios anteriores entre os quais o texto de Green ja citado. Três dos 11 textos citados como fonte de documentação sao textos assinados por R.H. Green. O documento quadro analisa as opções do governo de Moçambique que esta preocupado em melhorar a situação da pobreza e desenvolver uma "abordagem compreensiva dos factores estruturais que impedem a redução da pobreza".

A estratégia do governo de redução da pobreza deveria integrar quatro princípios: intensificação da acção para responder as necessidades prioritarias com um fluxo de recursos quer go governo quer dos doadores; integração da redução e alivio da pobreza nas politicas económicas e de desenvolvimento; um foco especifico e mais exacto sobre a pobreza nos programas existentes nos diferentes ministérios evitando a duplicação de esforços, a criação de estruturas administrativas paralelas e a multiplicação de programas e o reforço da capacidade local para desenvolver, monitorar, implementar e avaliar politicas e programas.

As três prioridades das estrategias de alivio da pobreza do governo sao i) criação de emprego para os mais pobres; 2) desenvolvimento de uma rede de protecção social de transferência de recursos directos e indirectos para as famílias que nao sejam abrangidas pelos esquemas desenhados para facilitar o crescimento e 3) a criação de um programa integrado e coordenado, evitando duplicações, integrando todos os programas de redução da pobreza. Em 1990 o governo considerava o seu instrumento principal para a redução da pobreza a sua estrategia de desenvolvimento - o PRE e o PRES; o instrumento para o alivio da pobreza era a emergência, o programa de distritos prioritarios era considerado o ponto focal dos gatos públicos e os programas sectoriais e multi-sectoriais, os meios chaves para acções focados contra a pobreza. [50]

50. Mozambique, poverty Alleviation Framework Paper, Janeiro 31, 1990,pp13

O estudo produzido pela Professora Violeta Pankova para o Ministério de Agricultura em 1990, Contribuição para o Estudo da Vulnerabilidade social das famílias camponesas, é, na minha opinião, um dos melhores estudos sobre a pobreza nas zonas rurais. Qual a importância do estudo? Faz a revisão da maior parte da literatura sobre o assunto, os inquéritos e investigações realizadas e a forma como o Estado moçambicano intervem no meio rural. Apresenta, tambem, uma reconceptualizaçao que se afasta do tratamento da pobreza como um factor económico ou de rendimento. A cultura e a politica aparecem integrados na análise.

A Professora Pankova define a vulnerabilidade como " estado de impossibilidade ou possibilidade limitada de reprodução e continuação do processo produtivo, na sua globalidade, causada por factores externos da própria estrutura da economia doméstica".[51] Como se manifesta esta instabilidade? Ao nivel alimentar verifica-se uma situação de insegurança alimentar e de falta ou redução de reservas; no acesso a terra ha um deficit artificial da terra e conflitos de acesso; quanto ao mercado verifica-se uma limitada disponibilidade de sementes e instrumentos de trabalho, fraco poder de compra; acesso limitado aos mercados locais e de escoamento dos produtos devido ao estado das estradas, falta de transportes, insegurança nos caminhos, termos de troca desfavoráveis. Quanto aos serviços publicos do estado o acesso a educação e a saude sao limitados. O credito e limitado quer a indivíduos quer a grupos. A possibilidade de emprego e de auto-emoprego sao limitadas ou inexistentes e a capacidade institucional e técnica (e a sua motivação) sao reduzidas para fazer face a situação.

Esta situação quase estrutural tem algumas manifestações principais: desnutrição sistemática; desiquílibrio dos sistemas agrários e dos sistemas de produção; marginalização da juventude e problemas de transmissão de conhecimentos; desiquilibrio e fragmentação das relações familiares e dos sistemas normativos familiares; comercialização dos casamentos; activação das praticas magico-religiosas e da feitiçaria que amplia a vulnerabilidade; conflitos étnicos e a desconfiança politica, o desespero, o traumatismo etc....

O estudo de Maria Jose Arthur[52] sobre os deslocados de guerra em Boane ilustra muitos dos aspectos ligados a destruição das redes de solidariedade e apoio mutuo das comunidades. A crise provocada pela guerra e a aglomeração das pessoas fora dos seus territórios transformou vizinhos em inimigos e desconhecidos.

Em 1995, Pamela Rebelo tenta traçar um perfil da pobreza em Moçambique desde 1975, ano da Independência, constatando que "se e facil discernir certas tendências claramente e extremamente difícil produzir dados concretos para quantificar a natureza e extensão da pobreza." Duas razoes tornam impossível essa tarefa. Uma de ordem conceptual - O que e a pobreza? O que e avulnerabilidade? Sao uma mesma coisa? Como se definem ? - e a outra tem a ver com estudos concretos. Ha poucos e quando existem referem-se a um período especifico ou a uma região geográfica determinada.

Pamela Rebelo constata a nebulosidade da aplicação dos conceitos - pobreza estrutural e conjuntural e considera a existência de uma terceira categoria de pobres: os deficientes, orfaos e os idosos abandonados. Estruturalmente pobres e sem qualquer possibilidade de tirarem vantagens das oportunidades criadas pelo crescimento económico.

Para captar a evolução da pobreza no período pos-Independencia, Rebelo considera quatro grandes períodos. Caracterizando a situação económica em cada um dos períodos e as politicas do governo, os seus objectivos, eficácia e resultados, P. Rebelo deduz o comportamento da pobreza. No período 1975-1981 " apesar de nao haver dados, dada a

---

51. Pankova:1990:18.
52.Arthur, Maria José (1990) - Deslocados de Guerra: A solidariedade possível: O caso do bairro Picoco Boane. Maputo, APAC.

ecuperação económica e a importância dada pelo governo aos sectores sociais, e provável que a pobreza nao era pior e ossivelmente era menor da que havia no período colonial". O período 1981-1987 era "caracterizado por uma leterioração económica aguda e a generalização aguda da pobreza". Causas? Situação dos mercados internacionais lesvalorizou as exportações, politicas económicas centralizadoras e baseadas na intervenção administrativa nos mercados e a seca. A guerra aumentou os resultados e os efeitos desta situação destruindo estradas, pontes, lojas, postos de saude e o seu peso no orçamento de estado reduziu os recursos disponíveis para os outros sectores. Estes factores inter-reagiam entre si mas a guerra, para Pamela Rebelo, era a unica causa dominante da pobreza. A pobreza absoluta era mais um fenómeno rural do que urbano pois as redes de protecção existentes e a intervenção do estado no abastecimento minoravam a situação.

O terceiro período , de 1987 a 1992, do ajustamento estrutural, da guerra e da seca, e caracterizado como tendo provocado um certo crescimento e a contenção do declínio. O PRE fazia-se sentir mais nas cidades do que no campo onde a intervenção do estado se fazia principalmente através da emergência. A pobreza afectou a situação de alguns sectores o que levou a que o governo passasse do PRE ao PRES. Os problemas? Preços elevados, erosão do poder de compra, aumento de tarifas nos serviços de saude, educação etc..[53]

O quarto período, 1992-1994, de ajustamento estrutural e paz, trouxe uma melhoria na situação da pobreza nas zonas rurais mas que na opinião da autora tem mais a ver com paz e bom clima. O Reajustamento estrutural teve alguma mas pouca influencia: mais insumos a venda. Nas zonas urbanas o panorama da pobreza continua e nas zonas rurais houve uma certa melhoria.

Os indicadores indirectos de pobreza mostram um agravamento da situação: A taxa de mortalidade infantil esta na orem dos 140-150 por mil;a taxa de mortalidade materna e tambem elevada, 300 por mil; o acesso a agua potável aumentou dos 5 por cento da população em 1980 para os 33 por cento em 1992 nas zonas rurais.

Valendo-se do estudo de Rolf Kappel em Cabo Delgado, Pamela Rebelo, reforça o argumento de que nao houve uma mudança significativa de rendimentos reais no campo. Ha mais bens de incentivo, o que se deve certamente ao reajustamento estrutural, mas a deterioração dos termos de troca, os custos elevados de comercialização e as tecnologias limitadas impediam a transformação positiva da economia. O acesso a saude e a educação nao eram limitados pelo reajustamento estrutural mas pela falta de meios e pela cobertura deficiente. Os produtores camponeses nao conseguiam tirar grandes benefícios do novo enquadramento económico e politico que beneficiava sobretudo os comerciantes.

O incremento da diferenciação social no período pos-pre e documentado com base num estudo de Gunilla Akesson de 1994 no distrito da Angonia em Tete. O fim da guerra permitiu observar que as famílias que tinham mao de obra suficiente estao a recuperar rapidamente a sua economia e produção enquanto que famílias com limitações de mao de obra estao a entrar numa espiral descendente, surgindo um classe de trabalhadores rurais mal pagos e suceptiveis de perder o pouco que ainda tem.

Nas zonas urbanas a percentagem da população com acesso a agua própria reduziu-se de 50 por cento para 23 por cento.

53. Os dados utilizados para caracterizar os efeitos do PRE utilizados por Pamela Rebelo sao os contidos no relatório de RH Green:1989.

Baseada nos dados produzidos por dois inqueritos - o da DNE em 1991 e o Universidade de Cornell em 1991/1992 - P. Rebelo conclui que cerca de 80 por cento da população urbana vive na pobreza extrema, metade da qual numa situação de pobreza absoluta.

Um perfil da pobreza em MoÇambique foi tambem produzido por Iolanda Fortes em Fevereiro de 1995 utilizando os dados produzidos pro diversos serviços do governo - saude, estatística, ministério da agricultura e outros. A magnitude da pobreza urbana nas grandes cidades e de 71,7 por cento e nas pequenas cidades de 62,7 por cento. A pobreza urbana pode ser directamente correlacionada com o tamanho da família (quanto mais crianças na família mais pobre ela e); o nivel de despesas (quanto mais pobre menos gasta); produção agrícola para auto-consumo; gastos em alimentação; e o nivel de escolaridade.[54]

A pobreza rural foi correlacionada por Fortes com 1)o acesso a terra e ii) com os rendimentos nao agrícolas. Foi considerado que quanto menor e a area trabalhada maior e a pobreza, menor o rendimento das famílias e menor e a segurança alimentar. A saude, educação e agua foram afectados pela guerra diminuindo os acessos.

Uma das componentes da politica do governo, as redes de protecção social, foi avaliada em Fevereiro de 1995, por Vitória Ginja e Iain McDonald. Foram especificamente avaliados o Fundo Social para Medicamentos e Suplementos Alimentares Infantis; o Fundo de Acção Social Escolar, Suplemento de Vencimento, Subsidio de alimento - Programa do Gapvu, Programa dos lanches escolares. Para cada uma destas componentes os avaliadores fizeram a historia do programa, o seu financiamento, do seu grupo alvo, abrangência,metodo de financiamento e eficiência. Foram tambem avaliados as cinco componentes da rede de segurança rural -o DPPCN, ONG's, venda de alimentos no mercado; os programas de comida para trabalho da DNEP e a alimentação terapêutica nos hospitais.

Os analistas chegaram a conclusão que os programas nao estavam devidamente focados -beneficiavam nao pobres; que nao se sabia qual a taxa de abrangência da rede de protecção social e das suas diversas componentes, a rede depende de financiamento externo e pouco ou nada se sabe ou esta registado sobre os efeitos desta rede, tendo -se verificado nalguns casos a tendência para o desvio de aplicação e a falta de controlo dos meios.

A rede urbana , segundo Ginja e Mc Donald - e necessária e deveria ter como grupos-alvo os refugiados e deslocados em situação de emergência; as crianças e jovens em situação difícil; os idosos e os deficientes inabilitados. A rede rural deveria ter duas funções: 1)apoiar as populações afectadas por desastres naturais e 2)apoiar os mais pobres e o sector mais vulnerável da população rural.

Para ser eficiente a rede deve funcionar com base nos seguintes princípios: 1)participação comunitária na identificação e solução dos problemas; 2)sustentabilidade de todas as acções e promoção do envolvimento da sociedade civil.

54. Iolanda Fortes. O perfil da pobreza em MoÇambique, Fevereiro de 1995.

Arthur, Maria José (1990) - Deslocados de Guerra: A solidariedade possível: O caso do bairro Picoco Boane. Maputo, APAC.

A Unidade de Alivio a Pobreza apresentou em Marco de 1995 a reunião do grupo consultivo em Paris um documento sobre a estrategia de redução da pobreza em MoÇambique. Este documento faz uma analise dos resultados conseguidos desde 1989-90 ate ã data, constando que houve um reforço da capacidade institucional do governo para tratar destes assuntos. Nota no entanto que ha necessidade de reformar os mercados de produtos de exportação -caju, algodão, de forma a que produtores tenham acesso aos diferenciais de preço entre o mercado nacional e o internacional, garantir a segurança de posse e acesso a terra, utilizar o preço como incentivo para a comercialização e uma melhor gestão dos projectos - desenhados de acordo com a capacidade nacional de implementar, um melhor desenho dos orçamentos e os programas destinados a criar uma rede de segurança devem ser bem administrados e os seus grupos alvo criteriosamente escolhidos.

A estrategia para a redução da pobreza proposta em 1995 tem três componentes: melhorar as estrategias de sobrevivência da população rural, investir em capital humano e construir uma rede de segurança contra os desastres. As prioridades para o governo incluem a maximização da concorrência nos mercados rurais; construção de infra-estrutura para os pobres usando mao de obra intensiva; incrementar os gastos do governo para a educação e saude e construir uma rede de resposta a desastres e calamidades.

5. CONCLUSÕES

A revisão da literatura que efectuamos mostra nos que os diversos trabalhos diferem quanto aos valores e objectivos dos seus autores, as suas teorias e ao tipo de dados empíricos que utilizaram.

A maior parte dos trabalhos que analisamos - mesmo os realizados por académicos - sao produzidos num "modo de consultoria". Este contexto traz benefícios evidentes pois ha um acesso a informação operacional e ha uma ligação da investigação ao seu uso e a produção de estrategias e politicas. Todavia este modo introduz um deficie nas analises e nas discussões das politicas existentes e na formulação de politicas alternativas. Cenários alternativos - prós e contras de cada opção, os beneficiarios sociais dos projectos, estrategias e politicas - nao sao suficientemente discutidos.

Nota-se tambem que ha uma certa utilização de informação disponível ou produzida noutros contextos - inqueritos de receitas e despesas, censo agrícola, etc. mas a rica informação produzida no quotidiano dos ministérios e dos funcionarios do estado, nos seus relatórios mensais e pontos de situação sao pouco referidos.

A adicçao a certos mitos sobre ciência - maneira de fazer as coisas com base nos inqueritos, o "survey-slavery", etc. , a sacrossantidade da medição, conceitos de objectividade hiper-inflados, a divisão falsa entre descrição, analise, metodos quantitativos e qualitativos - ainda se mantem. Textos fundamentais como o produzido pela Dra Pankowa mostram o desprezo pelas ciências ditas sociais em certos sectores e a fraca influencia de estudos sobre questões como a pobreza na formação de opiniões dos tomadores de decisão ou dos detentores do poder politico.

Anexo 15. BIBLIOGRAFIA

Akesson, Gunilla, *Sistemas de Producao Agrária e Realidade Socio-Economica em três aldeias de Tete*, DANIDA, Junho de 1994.

BUHRER, Tobias; DINIS, Luis; *Rede Extensão Rural. Diagnóstico Rápido no distrito de Matutuine* - Maputo, HELVETAS, 1994.24p.

Dengo, Maria Nita (1988b) ,Cidade do Maputo: *I Inquérito Nutricional e do Orçamento Familiar*. Relatório. Maputo, Min.Comércio.

Dengo, Maria Nita (1988a) *Dados do Inquérito Nutricional e de Rendimentos a Maputo*. Maputo, Min.Comércio, Departamento de Segurança.

First, Ruth (1983) - *Black Gold, The Mozambican Miner. Proletarian and Peasant. Sussex*, The Harvester Press.

FREUDENBERGER, Karem Schoonmacher; *Posse de terras e de árvores* -Roma, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 1994.71p.

GREEN,Reginald Herbold, *A Dimensão social do ajustamento : a pobreza em Moçambique: estudo sobre o impacto social do programa de reabilitação económica sobre os grupos populacionais mais desfavorecidos*, Maputo : [s.n], 1989.

HATTON, J.C. e outros; *Report to DNFFB* - The world conservation union, regional office, Southern Africa, Maputo, 1995.48p.

HATTON,J.C.; *Actas do workshop sobre a elaboração de uma proposta para o projecto da área de conservação transfronteira de Chimanimani*, IUNC, Maputo, 1995.35p.

Kappel, Rolf, *Ajustamento e pobreza rural em Moçambique - Resultados do Projecto de Monitoragem em Cabo Delgado 1990-1991*, ETH Zurique, Setembro de 1992

MOÇAMBIQUE.Governo, *Strategy and program for economic rehabilitation* 1989-92 :report prepared by the government of Mozambique for the meeting of the consultative group for Mozambique; Paris,November 16, 1989. - Maputo : Government of Mozambique,1989.

MOÇAMBIQUE. *Ministério da Educação, Atendimento à criança em situação dificil* : (uma experiência moçambicana) : manual para o professor / Ministério da Educação.

Mozambique *Poverty Alleviation Framework Paper, Mozambique poverty alleviation framework paper*. -Washington D.C. : [s.n.], 1990. -40f.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Cooperação, *Um perfil da vulnerabilidade : a situação das crianças e das mulheres em Moçambique* ,Ministério da Cooperação. -Maputo : Ministério da Cooperação, [1989].

Nilsson, Anders (1991a) - *From pseudoterrorism to Brigandage An assessment of Mozambique National Resistance in a Low Intensity Conflict Perspective*. Paper prepared for "B and C level in International Relations", Peace and Development Reserach Institute of Gothemburg University, December 1991.

Nilsson, Anders (1991b) - *From pseudoterrorists to brigandage: An assessment of the development of the MNR in the perspective of the process from war to peace in Mozambique*. Paper prepared for the "Workshop on Security and Cooperation in post apartheid Southern Africa", Maputo, 3-6 September 1991.

NINO, CARLO DEL ,*Food aid and poverity alleviation in Mozambique : the potential for self-targeting with yellow maize* / Paul
Dorosh, Washington :Cornell University, 1993.

O'Laughlin, Bridget (1986) - *O Desenvolvimento Rural: Transformação Socialista do Sector Familiar*. Maputo, CEA.

PANKOVA, Violeta, *Contribuição para o estudo da vulnerabilidade social das famílias camponesas* : (aspectos metodológicos).
Maputo : Ministério da Agricultura, 1990

Rita-Ferreira, António (1964) - Promoção Social em Moçambique. In: *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. No.71.

Schubert,B. ,*Increasing the food security of destitute households in thecities of Mozambique*. The performance of the cash-transfer-scheme and its future role in the urban
safety net .Maputo : Gabinete de Apoio a
Populaçao Vulnerável, 1992.

"*Tranfer for survival - Assessment of Food Subsidy Scheme as Part of Social Security System in Mozambique*", GAPVU, Maputo, 1991.

"*Avaliação da Primeira fase experimental da implementação do Programa do GAPVU*" - UNICEF, Maputo, 1991.

SCHUBERT, Bernd; ANTEZANA, Ivonne; *The Food -Subsidy - scheme of Mozambique*, GAPVU, Maputo, 1991

SCHUBERT, Bernd; ANTEZANA, Ivonne; *Increasing the effectivity of cash - Transfers to the destitute - Assessment of the food - Subsidy - Scheme of Mozambique*, GAPVU, Maputo, 1991.

SCHUBERT, Bernd; ANTEZANA, Ivonne; *Targeting cash transfers to Urban destitute assessment on reorganization of the food - subsidy - scheme* , GAPVU, Maputo, 1991.

SCHUBERT, Bernd; *Increasing the food security of destitute household in cities of Mozambique* - the performance of cash - transfer - and is future role in the urban safety net, GAPVU, Maputo, 1992.

SCHUBERT, Bernd; *Rede de suporte de baixo custo para agregados familiares indigentes e em pobreza absoluta das cidades de Moçambique* - SDA-Banco Mundial, Maputo, 1992.

SCHUBERT, Bernd; *"Assistência social para agregados familiares indigentes urbanos" - Parte da rede social de suporte em Moçambique - uma avaliação do esquema de transferências de numerário do GAPVU*, GAPVU, Maputo, 1993.

SCHUBERT, Bernd; *Participatory Social Appraisal of GAPVU cash transfer Sheme* - GAPVU - Maputo, 1995.

Avaliação do impacto do programa do GAPVU - Relatório preliminar - Unidade de Alívio à Pobreza, Maputo, 1995.

ɔittel,M.C.; Felisberto, F.;Nhoela, A. .
studo de vulnerabilidade dos agregados familiares
ıefiados pelas mulheres nos bairros Patrice Lumumba,
ingetela e Sao Damanso, do distrito da Machava, Província
e Maputo, Moçambique / - Maputo : UEM Faculdade de Agronomia, 1992.